



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

# PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

PAFC 2024



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

**PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO  
2024**

**PALMAS –TO**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

*De tudo ficaram três coisas...  
A certeza de que estamos começando...  
A certeza de que é preciso continuar...  
A certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar...  
Façamos da interrupção um caminho novo...  
Da queda, um passo de dança...  
Do medo, uma escada...  
Do sonho, uma ponte...  
Da procura, um encontro!*

*Fernando Sabino, O Encontro Marcado.  
Nota: Trecho adaptado de "[III – O Escolhido](#)", do livro "O Encontro Marcado", de Fernando Sabino.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

***Conselheiro Presidente***

André Luiz de Matos Gonçalves

***Conselheiro Vice-Presidente***

Alberto Sevilha

***Conselheiro Coordenador***

José Wagner Praxedes

***DIRETORIA DO ISCON***

***Diretora do ISCON***

Aida Maria do Amaral

***Equipe Diretoria***

Najla Murad  
Ernani Ferreira Sousa

***COORDENADORIA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO – COFAP***

***Coordenadora de Formação e Aperfeiçoamento - COFAP***

Márcia Izabel Barbosa Soares

***Equipe COFAP***

Antônia Pricylla Lima Matos  
Joyce Maria Bomfim de Araujo  
Débora da Silva Fonseca

***Chefe de Divisão Acadêmica - DIACA***

Luiza Paula Leite Landin Macedo

***Equipe DIACA***

Antônio Delfino Guimarães Sobrinho  
Cloris Rodrigues Santos de Oliveira  
Marinéia Alves de Araújo Pinto

***Chefe de Divisão Pedagógica – DIPED***

Cláudia Alcântara Prego de Araújo

***Memorial***

Claudete Ferreira Sousa

***COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL / COPDI***

***Coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento institucional - COPDI***

Cejane Marcia Aires de Andrade

***Equipe COPDI***

Vanessa Lopes Queiroz Lima  
Antônio de Pádua Santos Rodrigues  
Edith Tedesco Reis  
Josefa Gomes Pereira  
Sílvia Mota Sales

***Chefe de Divisão Administrativa - DIADM***

Raimundo Nonato Gomes Monturil Neto



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1 INTRODUÇÃO.....	6
2 LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS – LNE .....	7
3 OBJETIVO GERAL .....	8
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS: .....	8
4 ESTRUTURA HUMANIZADA ISCON .....	8
4.1 DIRETORIA DO ISCON .....	8
4.2 COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – COPDI .....	8
4.3 COORDENADORIA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO – COFAP .....	8
4.4 INSTRUTORIA .....	9
4.5 PARTICIPANTES/CURSISTAS .....	9
5 AÇÕES EDUCACIONAIS PROGRAMADAS PARA 2024.....	10
5.1 AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA MEMBROS E SERVIDORES – TCE – TO.....	10
5.2 AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA GESTORES, AGENTES E SERVIDORES PÚBLICOS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES JURISDICIONADOS E SOCIEDADE .....	12
6 PROGRAMA EDUCACIONAL ISCON TCE – TO / MATRIZ DE CONHECIMENTO .....	14
6.1 PROGRAMA DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA (GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO) .....	14
O PROGRAMA EM QUESTÃO TEM COMO PREMISSA INCENTIVAR E FOMENTAR A FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA COM O OBJETIVO DE PREPARAR SERVIDORES E MEMBROS PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO, OFERTANDO CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO POR INTERMÉDIO DE INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS E/OU PARCERIAS, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2011, ART. 3º, III:.....	14
6.2 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE .....	15
6.2.1 AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA MEMBROS E SERVIDORES –TCE-TO .....	15
6.2.2 AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA OS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DOS JURISDICIONADOS E SOCIEDADE .....	30
6.3 PROGRAMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO .....	34
6.4 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	34
6.5 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL .....	37
7 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA .....	39
8 PREVISÃO DE EXECUÇÃO .....	40
9 AVALIAÇÃO.....	40
9.1 AVALIAÇÃO DE REAÇÃO .....	40
9.2 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM .....	40
BIBLIOGRAFIA.....	41
ANEXOS I.....	42
ANEXO II.....	43
ANEXO III.....	44
ANEXO IV .....	45
ANEXO V .....	48
ANEXO VI .....	51



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**



## APRESENTAÇÃO

O Instituto de Contas 5 de Outubro – ISCON, como órgão educacional da estrutura do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TO, atua na oferta de Ações de Educação direcionadas à formação, capacitação e aperfeiçoamento profissional.

O Plano Anual de Formação e Capacitação – PAFC é o instrumento orientador das Ações de Educação e contempla os programas e os projetos a serem executados, visando o cumprimento de metas e objetivos para o alcance da missão institucional em consonância com as necessidades e demandas apresentadas pela gestão de pessoas e demais unidades que refletem a realidade tanto das solicitações internas quanto externas, conforme a atribuição do ISCON estabelecida no inciso I, do art. 3º da Resolução Administrativa nº 01/2011:

*Implementar políticas de educação corporativa e de desenvolvimento de competências profissionais definidas para os membros e servidores do TCE/TO, agentes e servidores públicos dos entes jurisdicionados e sociedade em geral, no interesse superior da Administração Pública, apresentando Plano Anual de Formação e Capacitação – PAFC –, a ser submetido a Presidência - TCE/TO.*

As Ações Educacionais são elaboradas e estruturadas com vistas ao aperfeiçoamento profissional dos Membros e Servidores desta Corte de Contas, dos Gestores, Servidores dos Órgãos e Entidades Jurisdicionados e da Sociedade em geral, objetivando contribuir com a boa, eficaz e transparente gestão dos recursos públicos, pautada na temática da Governança, Cidadania e Controle Social.

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Formação e Capacitação (PAFC) sintetiza todas as Ações de Educação a serem desenvolvidas ao longo do ano de 2024, conforme se estabelece a Resolução Administrativa TCE/TO nº 01/2011.

O ISCON, oferta suas ações nas seguintes modalidades de ensino: presencial, a distância e híbrida. Conta também com uma estrutura física composta por salas de aula equipadas e com suporte tecnológico e com um Ambiente de Aprendizagem Virtual – AVA, bem como o canal de *Youtube* / *@iscontce*, próprios para o atendimento das atividades remotas síncronas e assíncronas.

Por **Ação Educativa**, define-se o conjunto de atividades individuais e/ou grupais de ensino-aprendizagem formação, capacitação, treinamento ou desenvolvimento de pessoas com vistas à socialização, exteriorização, combinação e interiorização de conhecimentos, habilidades e atitudes consideradas valiosas para o trabalho e para a vida profissional (RA/TCE/TO/01/2011). Consecutivamente, percebe-se que por **Evento**, entende-se a ocorrência da ação de educação no contexto do processo educacional, realizado nas modalidades presencial e/ou a distância, e organizado em diversos formatos, tais como curso, fórum, seminário, oficina, treinamento em serviço, ciclo de estudos, entrevista, pesquisa, encontro, debate, congresso, desenvolvimento artístico e cultural dos servidores, em conformidade com os projetos do ISCON que tenham certificado de participação ou comprovante de aproveitamento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

Para o ano de 2024, a seguinte proposta educacional objetiva a construção de ações pautadas nos princípios da Governança, Cidadania e Controle Social, na essência do viver em comunidade e dos princípios da equidade, economicidade, sustentabilidade e transparência, focados no bem geral da sociedade, como prediz Moretto, 2014:

A cidadania vai além de uma máscara com a qual o “eu” se apresenta ao seu grupo social para impor suas características. Ela implica o compromisso consciente de inserção no contexto social, a sua compreensão e o engajamento como agente transformador da sociedade, em busca da convivência harmônica e respeitosa dos membros da comunidade.

...

Assim, a pertinência e a vivência em comunidade é a verdadeira expressão da cidadania. (p.30 e 31)

Imperioso ressaltar que a proposta educativa para 2024 perpassa pela estruturação contínua e prima pela qualificação da aprendizagem, registradas nos programas e projetos apresentados.

Por fim, estabelece-se que as ações educacionais planejadas para o vindouro exercício estão em consonância com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Estratégico do TCE-TO e suas devidas ações orçamentárias.

## **2 LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS – LNE**

Para subsidiar o planejamento das Ações Educacionais para 2024, realizou-se o Levantamento das Necessidades Educativas – LDNE junto às Unidades do Tribunal de Contas.

Encaminhou-se diretamente às Unidades o formulário Solicitação de Ação Educativa (Anexo nº I) para a devida formulação da necessidade e da proposta educativa. O formulário foi estruturado para que os pontos essenciais das necessidades setoriais fossem construídos de forma qualitativa e pertinentes às necessidades laborais de aperfeiçoamento.

Consecutivamente, foram convidadas a encaminhar a Solicitação de Ação Educativa as seguintes Unidades: Relatorias (RELT 1, 2, 3, 4, 5 e 6), Procuradoria Geral de Contas - PROGE, Gabinete da Presidência - GABPR, Corpo Especial de Auditores - COREA, Diretorias Gerais, Núcleo de Controle Interno - DIGCIN, Secretaria do Pleno - SEPLE, Assessoria de Comunicação - ASCOM, Assessoria de Planejamento - ASPDO, Assessoria de Normas e Jurisprudência - ASNOJ, Ouvidoria - ASOUV e Corregedoria- CORRIG, via Processo SEI / TCE-TO 23.004519-7.

Não obstante, considerou-se também as demandas encaminhadas durante o exercício de 2023 e que por motivos orçamentários e de indisponibilidade de agenda não foram contempladas, indicadas e registradas nos Processos SEI / TCE-TO nº 23.003516-7, 23.004278-3, 23004240, 23.004645-2 e 23.005630-0.

Por conseguinte, mediante alinhamento com o planejamento estratégico do TCE-TO, no Projeto 12.3 – Plano Anual de Formação e Capacitação, que apresenta como objetivo estratégico: *“Promover a gestão do conhecimento e o desenvolvimento de competência*



*em uma abordagem multidisciplinar”, estabelece-se o pressuposto teórico e pedagógico para a configuração do planejamento das Ações Educacionais:*

Desenvolvimento da Gestão de Competências, conjunto de habilidades conceituais, procedimentais e atitudinais a serem desenvolvidas pelo indivíduo/cidadão e diretamente ligadas à atuação laboral e institucional, classificadas em Competências Organizacionais, Gerenciais, Técnicas e Comportamentais.

### 3 OBJETIVO GERAL

Estruturar as ações educacionais de formação, capacitação e aperfeiçoamento profissional a serem executadas pelo Instituto de Contas 5 de Outubro - ISCON ao longo do exercício financeiro de 2024, em consonância com o Plano Estratégico Institucional, a matriz de competências e conhecimentos e, as normas vigentes no âmbito do ISCON, buscando contribuir com a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

#### 3.1 Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos estão relacionados com os objetivos estratégicos institucionais estabelecidos na perspectiva de pessoas, aprendizado e inovação, quais sejam:

- Desenvolver ações de educação para o aperfeiçoamento de competências gerenciais, comportamentais, organizacionais e técnicas de membros e servidores do TCE/TO;
- Desenvolver ações de educação para o aperfeiçoamento de competências técnicas de jurisdicionados do TCE/TO;
- Desenvolver ações de capacitação para o aperfeiçoamento de competências organizacionais e comportamentais da sociedade no exercício do controle social.

### 4 ESTRUTURA HUMANIZADA ISCON

#### 4.1 Diretoria do ISCON

A Diretoria do Instituto de Contas tem por finalidade propor e conduzir as ações de educação, inovação e cultura, na construção do conhecimento e aprimoramento profissional, em benefício da administração pública e da sociedade.

#### 4.2 Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – COPDI

A Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – COPDI é destinada a gerenciar os processos e atividades administrativas de modo a viabilizar a realização de programas, projetos e atividades na área de formação, capacitação e aperfeiçoamento promovidos pelo Instituto de Contas 5 de Outubro.

Subordinada à COPDI, a Divisão Administrativa tem em suas atribuições prestar apoio administrativo e operacional à COPDI.

#### 4.3 Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento – COFAP

A Coordenadoria de Aperfeiçoamento e Capacitação - COFAP é responsável pelo desenvolvimento, administração, supervisão e monitoramento das Ações Educacionais ofertadas pelo ISCON.



Subordinadas à COFAP:

- Divisão Acadêmica - DIACA tem como finalidade recepcionar, atualizar e proceder a consolidação das informações e dados das atividades educacionais;
- Divisão Pedagógica – DIPED tem por finalidade atuar nos processos, projetos e programas educacionais, promovendo a elaboração, acompanhamento, análise e manifestação pedagógica.

#### 4.4 Instrutoria

Define-se por instrutoria toda atividade de “*ministrar aulas, palestras, elaborar material didático e atuar em atividades similares ou equivalentes em eventos de capacitação presenciais ou a distância*”, conforme Resolução Administrativa TCE-TO nº 01/2011.

Assim, para a realização das ações educativas programadas para o ano de 2024, prevê-se duas formas de instrutoria:

##### 4.4.1 Instrutoria Interna

O ISCON prioriza os critérios da impessoalidade, publicidade e competência técnica para selecionar o docente do quadro e promove o cadastro e recadastramento anual para acompanhamento e seleção de instrutores internos, na forma das atividades previstas, regidas pela Portaria TCE-TO nº 377/2022, mantendo atualizado o banco de talentos.

##### 4.4.2 Instrutoria Externa

Como preconiza a Resolução Administrativa TCE-TO nº 01/2011, em seu Art. 2º, inciso VII: cabe ao ISCON *propor, quando necessário, a contratação de serviços de consultoria externa ou solicitar cooperação técnica dos Tribunais de Contas ou de outras Instituições.*

Neste contexto, as instrutorias exercidas a partir de cooperação e/ou colaboração eventual, são regidas pela Portaria nº377/2022 e as contratações de serviços pela Resolução Administrativa 07/2023.

Seguem os anexos IV e V, com os padrões exigidos para o planejamento das ações educativas ministradas por instrutores externos.

#### 4.5 Participantes/Cursistas

Com o foco no aperfeiçoamento profissional contínuo, na oferta de cursos de formação inicial, educação continuada e permanente ao longo de seus percursos profissionais, alinhado ao desenvolvimento de competências, destaca-se os agrupamentos profissionais para os quais o ISCON desenvolve suas linhas principais de atuação:

- Membros, Servidores Efetivos, Cedidos, Comissionados e Estagiários do TCE-TO;
- Gestores, Agentes e Servidores Públicos dos Órgãos e Entidades Jurisdicionados do Estado do Tocantins e dos 139 municípios sob jurisdição do TCE-TO;
- Sociedade em geral, Membros de Conselhos, Estudantes, Cidadãos, Sociedade Civil, dentre outros.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

## 5 AÇÕES EDUCACIONAIS PROGRAMADAS PARA 2024

Apresenta-se, assim, de forma sintética as Ações Educacionais programadas para o exercício de 2024, visando sempre o atendimento qualitativo e a garantia de resultados efetivos da gestão de competências e do conhecimento.

### 5.1 Ações de Educação para Membros e Servidores – TCE – TO

Tabela 1 – Cursos Contínuos

1. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E TÉCNICAS								
TÍTULO DA AÇÃO	PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO				
				1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.1	EXCEL BÁSICO (NOVO)	6.2.1.1	12.1	10			X	X
1.2	EXCEL INTERMEDIÁRIO (NOVO)	6.2.1.1	12.1	definir			X	X
1.3	OPERACIONALIZAÇÃO DO SEI	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.4	OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA E-CONTAS	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.5	PLATAFORMA TEAMS E OFFICE 365	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.6	SIAFE/TO APOIO, ADMINISTRAÇÃO E RELATÓRIOS	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.7	SIAFE/TO CONTABILIDADE, CONTRATOS, CONVÊNIOS, FOLHA DE PAGAMENTO E PROJETOS	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.8	SIAFE/TO EXECUÇÃO FINANCEIRA	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.9	SIAFE/TO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.10	SISTEMA DE BENEFÍCIOS	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X

Tabela 2 – Ações Educacionais Programadas

1. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E GERENCIAIS								
TÍTULO DA AÇÃO	PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO				
				1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.1	GESTÃO DE PROCESSOS E PROJETOS	6.2.1.2	12.1	16		X		



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

1.2	GESTÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	6.2.1.3	12.1	12		X		
1.3	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	6.2.1.4	12.1	20		X		
<b>2. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS</b>								
	TÍTULO DA AÇÃO	PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO			
					1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
2.1	ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS MICROSOFT SQL SERVER 2022	6.4.1	12.1	20		X		
2.2	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A IMPORTÂNCIA DAS NOTAS EXPLICATIVAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA NÃO CONTADORES	6.2.1.5	12.1	16		X		
2.3	ANÁLISE DE PONTOS DE FUNÇÃO	6.4.3	12.1	20		X		
2.4	APLICAÇÃO DE MÉTODOS QUALITATIVOS EM AUDITORIA PÚBLICAS	6.2.1.6	12.1	20			X	
2.5	AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC	6.4.2	12.1	20		X		
2.6	ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	6.2.1.7	12.1	16			X	
2.7	AUDITORIA NA EDUCAÇÃO COM FOCO EM DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO COMPARTILHADA	6.2.1.8	12.1	16			X	
2.8	EMENTA PERFEITA	6.2.1.9	12.1	16		X		
2.9	FISCALIZAÇÃO DOS PPA, LDO E LOA	6.2.1.10	12.1	16		X		
2.10	FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÃO	6.2.1.11	12.1	12		X		
2.11	FUNCIONAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DO SICAP/CONTÁBIL E SICAP/ATOS DE PESSOAL	6.2.1.12	12.1	20		X		
2.12	GESTÃO DE RISCOS E AUDITORIA BASEADA NA AVALIAÇÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO	6.2.1.13	12.1	16		X		
2.13	INGLÊS INSTRUMENTAL	6.2.1.14	12.1	48		X	X	X
2.14	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA	6.2.1.15	12.1	08		X		



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

2.15	NOÇÕES DE PROCESSO CIVIL APLICADAS AO TCE/TO	6.2.1.16	12.1	16			X	
2.16	PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA	6.2.1.17	12.1	30			X	
2.17	POWER BI APLICADO AO CONTROLE EXTERNO	6.2.1.18	12.1	20			X	
2.18	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DE RPPS	6.2.1.19	12.1	40				X
2.19	REDAÇÃO OFICIAL	6.2.1.20	12.1	16			X	
2.20	RESILIÊNCIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	6.2.1.21	12.1	08		X		
2.21	RETENÇÕES DE TRIBUTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL, DISTRITAL E MUNICIPAL - ATUALIZADO COM AS INOVAÇÕES CITADAS PELAS INS RFB Nº 1.234/2012, 2.110/2022 E 2.145/2023 E APRESENTAÇÃO DA NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA	6.2.1.22	12.1	20				X

**3. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS**

TÍTULO DA AÇÃO	PROGRAMA	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO					
			1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE		
3.1	CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TCE-TO	6.2.1.23	12.1	06			X	
3.2	RELAÇÕES INTERPESSOAIS, TRABALHO EM EQUIPE E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL	6.2.1.24	12.1	08				X

**5.2 Ações de Educação para Gestores, Agentes e Servidores Públicos dos Órgãos e Entidades Jurisdicionados e Sociedade**

Tabela 3 – Cursos Contínuos

1. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E TÉCNICAS								
TÍTULO DA AÇÃO	PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO				
				1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.1	CADUN	6.2.2.1	6.1 / 6.2	10	X	X	X	X
1.2	SIAFE/TO APOIO, ADMINISTRAÇÃO E RELATÓRIOS	6.2.2.1	6.1 / 6.2	07	X	X	X	X



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

1.3	SIAFE/TO CONTABILIDADE, CONTRATOS, CONVÊNIOS, FOLHA DE PAGAMENTO E PROJETOS	6.2.2.1	6.1 / 6.2	07	X	X	X	X
1.4	SIAFE/TO EXECUÇÃO FINANCEIRA	6.2.2.1	6.1 / 6.2	09	X	X	X	X
1.5	SIAFE/TO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	6.2.2.1	6.1 / 6.2	07	X	X	X	X
1.6	UTILIZAÇÃO DO SICAP / AP	6.2.2.1	6.1 / 6.2	12	X	X	X	X
1.7	UTILIZAÇÃO DO SICAP / LCO	6.2.2.1	6.1 / 6.2	12	X	X	X	X

Tabela 4 – Ações Educacionais Programadas

1. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E TÉCNICAS								
TÍTULO DA AÇÃO	PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO				
				1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.1		6.2.2.2	6.1 / 6.2 3.8 / 3.9 5.1	16h		X		
1.2	AGENDA CIDADÃ – 35 ANOS DO TCE-TO	6.2.2.3	6.1 / 6.2	12h		X		
1.3	APLICAÇÃO DO NOVO FUNDEB	6.2.2.4	6.1 / 6.2	08				X
1.4	CAPACITAÇÃO PARA NOVOS PREFEITOS E PRESIDENTES DE CÂMARA (35 ANOS DO TCE-TO)	6.2.2.5	6.1 / 6.2	08			X	
1.5	ENCONTRO TÉCNICO SOBRE TRANSIÇÃO DE GESTÃO PARA PREFEITOS E PRESIDENTES DE CÂMARA (35 ANOS DO TCE-TO)	6.2.2.6	6.1 / 6.2	16		X		
1.6	<b>SEMANA DO CONTROLE EXTERNO</b> - CONTROLE EXTERNO NA DEMOCRACIA E GESTÃO PÚBLICA (35ANOS DO TCE-TO)	6.2.2.7	6.1 / 6.2	07			X	
1.6	SEMINÁRIO DE RESULTADOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA (35 ANOS DO TCE-TO)	6.2.2.7	6.1 / 6.2	07			X	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

1.7	WORKSHOP - FORMAÇÃO E GESTÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS (35 ANOS DO TCE-TO)	6.2.2.8	6.1 / 6.2	16		X		
-----	---	---------	-----------	----	--	---	--	--

## 6 PROGRAMA EDUCACIONAL ISCON TCE – TO / MATRIZ DE CONHECIMENTO

As Ações de Educação elaboradas pelo ISCON serão desenvolvidas e organizadas conforme os programas definidos para 2024:

- Programa de Formação e Educação Continuada (Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão);
- Programa de Educação Permanente;
- Programa de Gestão da Informação e do Conhecimento;
- Programa de Capacitação de Tecnologia da Informação;
- Programa de Desenvolvimento Artístico e Cultural.

A Matriz do Conhecimento, elaborada com as demandas de ações educacionais originadas dos diversos setores, subsidiou a análise e seleção para inclusão no PAFC 2024.

### 6.1 Programa de Formação e Educação Continuada (Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão)

O programa em questão tem como premissa incentivar e fomentar a formação e educação continuada com o objetivo de preparar servidores e membros para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, ofertando cursos de formação e especialização por intermédio de instituições credenciadas e/ou parcerias, nos termos da Resolução Administrativa nº 01/2011, art. 3º, III:

III - firmar convênios com instituições credenciadas de ensino superior, por meio do TCE-TO, para promover cursos superiores de tecnologia, de especialização, de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu

Consecutivamente, o compromisso do ISCON com a educação continuada se fortifica ao regulamentar na Resolução Administrativa nº 02/2002 os critérios e incentivos para membros e servidores que buscam cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Além disso, o programa visa incentivar a participação dos membros e servidores em eventos, palestras e conferências relacionadas ao campo de atuação do Tribunal. Essas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

atividades externas são substancialmente uma oportunidade de atualização e troca de conhecimentos com outros profissionais da área.

## 6.2 Programa de Educação Permanente

O Programa de Educação Permanente objetiva a realização de Ações Educacionais/Eventos estruturados no desenvolvimento das competências gerenciais, organizacionais, técnicas e comportamentais com o objetivo de aperfeiçoamento profissional, a seguir detalhadas:

### 6.2.1 Ações de Educação para Membros e Servidores –TCE-TO

<b>6.2.1.1</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Cursos Contínuos - EAD
<b>Processo SEI</b>	
<b>Objetivo (s)</b>	Capacitar os servidores na utilização de instrumentos ferramentas e programas utilizados no âmbito do Tribunal de Contas.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	Conhecimento e aperfeiçoamento das competências e habilidades dos servidores para as práticas laborais.
<b>Conteúdo Programático</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. SEI</li><li>2. E-CONTAS</li><li>3. TEANS</li><li>4. SIAFETO (4 módulos)</li><li>5. SISTEMA DE BENEFÍCIOS</li><li>6. EXCEL BÁSICO (NOVO)</li><li>7. EXCEL INTERMEDIÁRIO (NOVO)</li></ol>

<b>6.2.1.2</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores PROJETO 7.3 – PROJETO 9.9 -
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Gerencial e Organizacional
<b>Tema Geral</b>	Gestão de Processos
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0636396) e (0636397)
<b>Objetivo (s)</b>	Aprimorar o desempenho dos processos organizacionais e seu aperfeiçoamento contínuo.  O objetivo principal é proporcionar noções necessárias à gestão de projetos em organizações públicas, de acordo com as melhores práticas descritas no Project Management Body of Knowledge (PMBOK), um guia com mais de 13 traduções oficiais, que contém as melhores práticas de gerenciamento de projetos.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	O gerenciamento de processos avalia a efetividade das rotinas. Desse modo, os gestores das unidades técnicas e administrativas do TCE alcançarão celeridade, redução de erros e retrabalho. A atualização se faz necessária para manter os processos aperfeiçoados.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

A gestão de projetos é uma ferramenta muito importante para garantir a eficácia de novos processos em uma organização. O curso Gestão de Projetos proporciona o entendimento da relação íntima existente entre a estratégia das organizações e os projetos.

**Conteúdo Programático**

1. Gestão de Processos
  - Visão geral sobre análise e melhoria de processos;
  - Fundamentos da Gestão por Processos;
  - Gestão de Processos;
  - Planejamento e ferramentas para Análise e Melhoria; e
  - Método de Análise e solução de Problemas.
2. Gestão de Projetos
  - Introdução ao Gerenciamento de Projetos;
  - Elaborando Projetos;
  - Planejamento do Projeto;
  - Desenvolvendo o Plano do Projeto;
  - Execução - Monitoramento e Controle de Projetos; e
  - Encerramento de Projetos.

<b>6.2.1.3</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Gerencial e Organizacional
<b>Tema Geral</b>	Gestão e Avaliação de Desempenho
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0657784)
<b>Objetivo (s)</b>	
Realizar análise crítica das práticas de gestão de pessoas, incluindo os processos de avaliação de desempenho	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
Se faz necessário o aperfeiçoamento das equipes, tendo em vista as adequações (em andamento) quanto aos procedimentos relacionados à avaliação de desempenho.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
<p>Alguns conteúdos pertinentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceitos iniciais e Gestão do Desempenho;</li> <li>- Planejamento de Desempenho, acompanhamento e passagem de Feedbacks;</li> <li>- Etapas e objetivos do acompanhamento dos profissionais: Indicadores, a rotina e ações vinculadas às suas metas e objetivos; a conversa específica sobre desempenho entre gestores e servidores e planejamento dos próximos passos.</li> <li>- Avaliações de Desempenho: processos de avaliação, feedback e ações de desenvolvimento - a visão do ciclo completo, papel dos Gestores, Recursos Humanos e servidores no processo; avaliação por Competências - competências organizacionais e comportamentais;</li> <li>- A compreensão da cultura organizacional e seus reflexos na Gestão do Desempenho;</li> </ul>	

<b>6.2.1.4</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Comportamental e Organizacional
<b>Tema Geral</b>	Gestão por Competências
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0657783)
<b>Objetivo (s)</b>	
Proporcionar a compreensão da importância da Gestão por competências, bem como a aprendizagem dos conceitos, métodos e etapas, de modo que possa contribuir para melhorias das práticas e consequentemente maximizar o desempenho e impactar positivamente a produtividade e os resultados esperados.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

Se faz necessário em razão da necessidade de atualizar o conhecimento sobre o tema, visto que, o domínio de determinados recursos é necessário para um desempenho de maior qualidade.

**Conteúdo Programático**

Gestão de competências  
CHA na gestão de competências  
Objetivo e a importância da gestão de competências  
Vantagens da gestão de competências  
Gestão de competências na gestão de desempenho  
Como fazer e como implementar a gestão de competências  
Mapeamento de competências  
Diagnóstico  
Mapeamento de competências  
Identificação dos GAPs  
Elaboração de um PDI (Plano de Desenvolvimento Individual)  
Acompanhamento dos resultados  
Competências individuais  
Competências nas descrições de funções  
Indicadores de competências  
Gestão de Desempenho por competências e produtividade  
As práticas de gestão de competências  
Fatores que afetam o desempenho  
Avaliação como instrumento de desenvolvimento e gestão de resultados  
Metodologias mais utilizadas  
Cuidados com o processo avaliativo  
Metodologia e Importância do feedback

<b>6.2.1.5</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Análise das Demonstrações Contábeis e a Importância das Notas Explicativas nas Demonstrações Contábeis para Não Contadores
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0642839)
<b>Objetivo (s)</b>	
Promover um aprofundamento do conhecimento dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins quando da análise dos processos, de modo a permitir uma melhor produção de documentos, de maneira mais padronizada, transparente e precisa, promovendo uma abordagem mais técnica e aumentando a credibilidade dos julgados e das observações correspondentes.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
A deficiência no domínio destes temas, quando da análise dos processos desta Corte de Contas, prejudica a qualidade dos documentos confeccionados.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
Exploração dos elementos essenciais das demonstrações contábeis de forma acessível para profissionais não especializados.  - Compreensão do papel crucial das notas explicativas, destacando sua relevância para profissionais que não possuem formação contábil.	

<b>6.2.1.6</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Aplicação de Métodos Qualitativos em Auditorias Públicas
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0634522)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

<b>Objetivo (s)</b>
Promover um aprofundamento do conhecimento dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins quanto às técnicas de pesquisa qualitativa de modo a permitir um aprimoramento das fiscalizações empreendidas por este órgão.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>
A deficiência no domínio das técnicas qualitativas de pesquisa fragiliza o desenho das fiscalizações empreendidas por este Tribunal de Contas, mormente no âmbito das auditorias de regularidade e operacional. Atualmente há a mera listagem da legislação de regência como metodologia de investigação, o que acaba impactando nos estágios subsequentes e na credibilidade técnica do relatório final.
<b>Conteúdo Programático</b>
1. O delineamento da pesquisa qualitativa e a amostragem. 2. Métodos qualitativos: observação. 3. Métodos qualitativos: entrevistas. 4. Métodos qualitativos: grupo focal. 5. Métodos qualitativos: pesquisa documental. 6. O pós-pesquisa: como trabalhar com os dados coletados.

<b>6.2.1.7</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Atividade de Fiscalização sobre Avaliação de Políticas Públicas
<b>Processo SEI</b>	23.005630-0 (0657511)
<b>Objetivo (s)</b>	Habilitar os servidores do controle externo para a implantação de tarefas novas ou de metodologia de trabalho nova para as quais é necessário treinamento.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	Implantação de tarefas novas ou de metodologia de trabalho nova para as quais é necessário treinamento.
<b>Conteúdo Programático</b>	Noção sobre avaliação de políticas públicas; fundamento jurídico e boas práticas.

<b>6.2.1.8</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Auditoria na Educação com Foco em descentralização de Recursos e Gestão Compartilhada.
<b>Processo SEI</b>	23.004278-3 / 23.002707-5 (0603135) / 23.005630-0 (0661797)
<b>Objetivo (s)</b>	Capacitar os servidores sobre a legislação nacional, estadual e municipal concernente à gestão democrática do ensino, bem como sobre o planejamento, aplicação e controle dos recursos da educação repassados às unidades executoras representantes das Escolas Públicas estaduais e municipais e alinhamento com o Plano Nacional da Educação e instrumentos de planejamento dos Entes.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	O Tribunal tem inserido no planejamento das atividades do controle externo a fiscalização dos recursos da educação inclusive os repassados às entidades sem fins lucrativos. Iniciados os levantamentos e a fiscalização, em 2023 verificou-se que além da gestão estadual, 6 (seis) Municípios aprovaram legislação própria sobre gestão democrática e repasse de recursos às escolas,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

os quais movimentaram mais de R\$ 200 milhões de reais em 2022[1]. Deste modo, faz-se necessária a capacitação visando conhecer a legislação nacional, do TCE/TO e de cada um dos Entes quanto ao repasse, aplicação e prestação de contas dos recursos (Governo do Estado e Municípios de Palmas, Araguaína, Colinas, Porto Nacional, Formoso do Araguaia e Paraíso).

**Conteúdo Programático**

- Diretrizes e conceitos da Constituição Federal e LDB sobre a gestão democrática do ensino (autonomia financeira e pedagógica);
- Destaques da legislação nacional sobre o planejamento e gestão dos recursos da educação incluindo o Plano Nacional de Educação, PPA, LOA (destaque para IDEB, acesso/matriculas e gestão escolar);
- Novas regras da Lei do FUNDEB – legislação nacional e estadual;
- Execução de despesas e impacto da aplicação desses recursos no limite mínimo de 25% na Educação e alcance das metas nacionais e locais;
- Destaques da legislação local (Estado e Municípios de Palmas, Araguaína, Colinas, Porto Nacional, Formoso do Araguaia e Paraíso) sobre a forma e critérios de repasse de recursos às Unidades Escolares, Aplicação dos recursos e transparência;
- Prestação de Contas dos recursos, Tomada de Contas e responsabilização perante o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

<b>6.2.1.9</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Ementa Perfeita
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0633023)
<b>Objetivo (s)</b>	Elaborar minutas de ementas jurisprudenciais de forma padronizada, clara e precisa, com termos recuperáveis, destacando sua função e importância no "sistema de precedentes".
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	Processo SEI nº 23.004519-7 Necessidade de padronização/sistematização na forma de construir ementas, o que gera dificuldades no acesso à informação sobre a jurisprudência por parte dos servidores, membros e dos jurisdicionados, o que acaba impactando em vários aspectos da prestação jurisdicional e do funcionamento do Tribunal de Contas.
<b>Conteúdo Programático</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sistema de precedentes, valorização da jurisprudência e reflexos na elaboração das ementas jurisprudenciais.</li><li>2. Dificuldades encontradas no acesso a Bancos de Dados jurisprudenciais dos Tribunais.</li><li>3. Elementos essenciais da sentença e do acórdão: relatório, fundamentação e dispositivo.</li><li>4. Processo de resumo do acórdão para fins documentais e jurisprudenciais – “a condensação documentária”, de José Augusto Chave Guimarães.</li><li>5. Dados da decisão e/ou do acórdão na ementa: fato (s) jurídico (s) relevante (s), instituto (s) jurídico (s), entendimento (s) e argumentação (s). Conteúdo Programático</li><li>6. Ementa: conceito, função, elementos essenciais, formatação, técnicas para elaboração.</li><li>7. O cabeçalho e a parte dispositiva: características e elementos necessários.</li><li>8. O acórdão e o resultado do Julgamento.</li><li>9. Diretrizes para Elaboração de ementas do CNJ. Resoluções de Tribunais de Contas dos Estados.</li></ol>

<b>6.2.1.10</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Fiscalização dos PPA, LDO e LOA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

<b>Processo SEI</b>	23.005630-0 (0657156)
<b>Objetivo (s)</b>	Habilitar os servidores do controle externo para o desenvolvimento de novas atividades (que não foram realizadas nos planos anteriores) ou para o desenvolvimento de atividades complexas para as quais grande parte dos servidores encontra dificuldades na execução.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	Decorrente da necessidade de treinamento da equipe técnica para o desenvolvimento de atividades novas ( que não foram realizadas nos planos anteriores) ou para o desenvolvimento de atividades complexas para as quais grande parte dos servidores encontra dificuldades na execução.
<b>Conteúdo Programático</b>	Leis orçamentárias; pacto nacional pela primeira infância; como aplicar o papel de trabalho para a fiscalização de ação da primeira infância nas normas orçamentárias.

<b>6.2.1.11</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Fiscalização da aplicação da Nova Lei de Licitações
<b>Processo SEI</b>	23.005630-0 (0657137)
<b>Objetivo (s)</b>	Habilitar os servidores do controle externo para o desenvolvimento de novas atividades (que não foram realizadas nos planos anteriores) ou para o desenvolvimento de atividades complexas para as quais grande parte dos servidores encontra dificuldades na execução.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	Decorre da necessidade de treinamento da equipe técnica para o desenvolvimento de atividades novas (que não foram realizadas nos planos anteriores) ou para o desenvolvimento de atividades complexas para as quais grande parte dos servidores encontra dificuldades na execução.
<b>Conteúdo Programático</b>	Noções básicas sobre a Nova Lei de Licitações; Como fiscalizar o cumprimento da Nova Lei de Licitações.

<b>6.2.1.12</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Funcionamento e Análise dos dados do SICAP/Contábil e SICAP/Atos de Pessoal
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0642764)
<b>Objetivo (s)</b>	Promover um aprofundamento do conhecimento dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins quanto às técnicas de pesquisa e funcionamento nos sistemas SICAP/Contábil e SICAP/AP, de modo a permitir um aprimoramento nas fiscalizações empreendidas e nas análises processuais realizadas por este órgão.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	A deficiência quanto ao entendimento do funcionamento dos citados sistemas impede os servidores desta Corte de produzirem documentos de maneira mais padronizada, transparente e precisa, além de dificultar a promoção de uma abordagem mais técnica, eficiente e eficaz. Assim, a realização deste curso objetiva aprimorar o sistema de fiscalização da gestão pública, promovendo transparência no acompanhamento e na análise das atividades governamentais.
<b>Conteúdo Programático</b>	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

- Compreensão do sistema, incluindo parâmetros e matrizes utilizados.
- Análise detalhada dos documentos contidos no sistema.
- Demonstração analítica do processo de geração do relatório de análise das contas.
- Abrangência dos sistemas tanto no âmbito Municipal quanto no estadual.

<b>6.2.1.13</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Gestão de Riscos e Auditoria baseada na Avaliação de Riscos no Setor Público
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0657061)
<b>Objetivo (s)</b>	
Desenvolver e aprimorar a competência dos auditores do setor público para utilizarem a abordagem baseada em risco na definição do escopo e da natureza, e aplicação dos procedimentos de auditoria, enfatizando a relevância desta prática gerencial moderna como fundamental para a melhoria do desempenho da Administração Pública e para a boa e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
Necessidade de desenvolver e aprimorar a competência dos auditores para utilizarem a abordagem baseada em risco na definição do escopo e da natureza, e aplicação dos procedimentos de auditoria, enfatizando a relevância desta prática gerencial moderna como fundamental para a melhoria do desempenho da Administração Pública e para a boa e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
Módulo I: Fundamentos de Auditoria no Setor Público	
O papel da auditoria na governança pública. Paradigma atual. Normas nacionais e internacionais de auditoria. Auditoria e Controle. As três linhas de defesa. Classificação de auditoria no setor público. Processo de auditoria. Planejamento, Execução, Relatório e Monitoramento. Atividades práticas.	
Módulo II: Planejamento de Auditoria Baseado em Riscos	
Planejamento. Definição de objetos e objetivos da auditoria. Construção da Visão Geral do Objeto. Levantamento dos objetivos e do processo de trabalho do objeto a ser auditado. Critérios. Providências administrativas iniciais. Setores responsáveis, competências e atribuições. Delimitação de riscos do objeto. Métodos e técnicas de identificação e avaliação de Riscos. Levantamento dos controles. Avaliação da eficácia do controle interno. Cálculo do risco residual. O modelo de risco em auditoria. Técnica para estruturação das questões de auditoria. Elaboração do Programa de Auditoria (Matriz de Planejamento).	
Dicas práticas para preenchimento da matriz de planejamento. Procedimentos de auditoria. Desenvolvimento dos instrumentos de coleta de dados (Checklist, extrato de entrevista, roteiros de verificação). Elaboração de Cronograma. O Planejamento do trabalho de auditoria baseado em riscos/Projeto de Auditoria. Responsabilidade do supervisor, coordenador e membro de equipe. Atividades práticas de construção da visão geral do objeto, identificação e avaliação dos riscos, avaliação dos controles internos e elaboração da matriz de planejamento.	
Módulo III: Execução dos trabalhos	
Principais técnicas de auditoria para obtenção de evidências (análise documental, circularização, inspeção física, entrevista, cruzamento de dados, indagação escrita, sensoriamento remoto) na prática. Achados de auditoria. Requisitos. Atributos: situação encontrada, critério, causa e consequência. Recomendações. Análise de evidências. Cuidados necessários na evidencição dos achados de auditoria. Índices X evidências. Classificação. Matriz de Achados. Atividades práticas.	
Módulo IV: Relatório e Monitoramento	
Orientações gerais para elaboração de relatório. Componentes do relatório: introdução, resultado dos exames, recomendações, conclusão. Tratamento de informações sensíveis e confidenciais. Declaração de conformidade com as normas. Objetivos e clientes do relatório de auditoria baseada em riscos. Características de bons relatórios.	
Monitoramento como instrumento de mudança no objeto de auditoria. Sistemática, formas e relatório de monitoramento. Analisando planos de ação. Quantificando benefícios reais. Atividades práticas.	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

<b>6.2.1.14</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Inglês Instrumental
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0654737)
<b>Objetivo (s)</b>	
Capacitar os participantes a comunicarem-se eficientemente em inglês no contexto educacional, fornecendo habilidades linguísticas e estratégias específicas na língua inglesa.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
O inglês é a língua mãe de comunicação no mundo, afigurando-se assim como uma habilidade necessária para todo aquele que queira ampliar seus conhecimentos.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
A ser proposto pelo ministrante	

<b>6.2.1.15</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Inteligência Artificial Generativa
<b>Processo SEI</b>	23.003516-7 / 23.004519-7 (0637403)
<b>Objetivo (s)</b>	
Apresentar os usos e aplicações da Inteligência Artificial Generativa, identificando as formas de regulação da atividade, desde a avaliação ética em seu uso, até a regulamentação jurídica e econômica de sua exploração.	
Ideias extraídas da PUC Rio: <a href="https://www.cce.puc-rio.br/sitecce/website/website.dll/folder?nCurso=inteligencia-artificial-e-direito&amp;nInst=cce">https://www.cce.puc-rio.br/sitecce/website/website.dll/folder?nCurso=inteligencia-artificial-e-direito&amp;nInst=cce</a>	
BLIACHERIEBNE, Ana Carla. ARAÚJO, Luciano Vieira. <b>Inteligência Artificial Generativa: desvendando mitos e oportunidades</b> . 1 ed. São Paulo: Editora Arténa Saber Online. 2023.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
“No Brasil, há investigações que apontam a melhora na eficiência dos serviços públicos mediante a utilização de ferramentas de inteligência artificial (IA), em especial no ganho de agilidade das entregas. Ferrer (2018) assevera que estudos realizados desde 1996 que demonstram significativa redução de custos para o cidadão e para o Estado a partir da implementação de tecnologia nos processos.	
Nesse cenário, observa-se que a administração pública vem utilizando ferramentas tecnológicas, incluindo-se as que utilizam a IA, com propósito de amparar e otimizar a melhoria na gestão de processos. Resta, portanto, a compreensão do que são essas ferramentas e sua funcionalidade.”	
Conteúdo extraído do artigo científico: A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA BUSCA DE EFICIÊNCIA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. <a href="https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7717/1/6829-Texto%20do%20Artigo-31680-1-10-20230807.pdf">https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7717/1/6829-Texto%20do%20Artigo-31680-1-10-20230807.pdf</a>	
<b>Conteúdo Programático</b>	
· O que é IA? Realidades e mitos · Ética e IA · IA e accountability · Regulação da IA na União Europeia · IA, raça e discriminação algorítmica · IA e explicabilidade · Responsabilidade civil e IA · Agentes empresariais e IA · Direito do consumidor e IA · Mercado de capitais e IA  · IA e Direito do Trabalho · IA e Direito Penal · IA e ilícitos administrativos	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

- Setor da saúde e IA
- Atuação Profissional do Direito e uso de IA
- IA, definição de perfis e o direito de revisar as decisões automatizadas.

Sugestão de programa extraído da PUC Rio: <https://www.cce.puc-rio.br/sitecce/website/website.dll/folder?nCurso=inteligencia-artificial-e-direito&nInst=cce>

- O combustível das IAS
- Tipos de Aprendizagem de Máquina
- Entendendo as IAs generativas
- os medos que nos paralisam
- IAs generativas erram?
- Dando contexto para potencializar as IAs generativas
- IAs como apoio humano
- Quando a Engenharia de *Prompt* não é suficiente
- IA: nova fronteira para o progresso e a inovação no Brasil.

BLIACHERIEBNE, Ana Carla. ARAÚJO, Luciano Vieira. **Inteligência Artificial Generativa: desvendando mitos e oportunidades**. 1 ed. São Paulo: Editora Arténa Saber Online. 2023.

<b>6.2.1.16</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Noções de Processo Civil aplicadas ao TCE/TO
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0636332)
<b>Objetivo (s)</b>	
Transmitir ideias centrais do Direito Processual Civil, correlacionando-as, quando pertinentes, aos processos administrativos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
Ao tratar de assuntos básicos, mas essenciais, possibilitará não só o conhecimento da matéria, mas também a atualização e aprofundamento da norma e sua aplicação neste TCE.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Jurisdição: conceito e características;</li> <li>2. Ação/Recursos: conceito, elementos, condições, exceção;</li> <li>3. Processo e procedimento: conceito, pressupostos processuais; Princípios;</li> <li>4. Competência;</li> <li>5. Tutela jurisdicional: espécies, prestação da tutela e coisa julgada;</li> <li>6. Provas: conceito, meios, ônus, prova ilícita e prova emprestada;</li> <li>7. Nulidades.</li> </ol>	

<b>6.2.1.17</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Plano de Contratações Anual - PCA
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0651637)
<b>Objetivo (s)</b>	
O objetivo do curso direcionado aos gestores de contratos, fiscais técnicos e administrativos, gerentes de ação, e setores envolvidos nas demandas de aquisição de bens e serviços é proporcionar uma capacitação abrangente e alinhada com as normativas vigentes, particularmente com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução de Auditoria (RA) TCE/TO nº 7/2023.	
O curso visa fornecer uma compreensão aprofundada da importância e do correto manejo do Plano de Contratações Anual (PCA), abordando desde sua elaboração até sua implementação, com ênfase na identificação de prioridades e na aderência às metas institucionais.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

A necessidade de realizar o curso sobre o Plano de Contratações Anual (PCA) para os gestores de contratos, fiscais técnicos e administrativos, gerentes de ação, e setores envolvidos nas demandas de aquisição de bens e serviços baseia-se em uma análise crítica das lacunas existentes nos conhecimentos e práticas relacionadas às recentes mudanças na legislação de contratações públicas, especialmente com a implementação da Lei Federal nº 14.133/2021 e as normativas específicas do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), expressas na Resolução de Auditoria (RA) TCE/TO nº 7/2023.

A correta elaboração e implementação do Plano de Contratações Anual (PCA) são cruciais para o alinhamento das aquisições aos objetivos institucionais. A ausência de conhecimento detalhado sobre o PCA pode resultar em deficiências na identificação de prioridades e na adequada previsão de demandas, impactando negativamente nas operações.

necessidade do curso é fundamentado na exigência de atualização e capacitação dos profissionais envolvidos, visando garantir a conformidade legal, a eficiência operacional e a transparência na gestão de contratações públicas, elementos essenciais para o bom funcionamento da administração pública.

**Conteúdo Programático**

**Módulo 1: Introdução ao PCA**

Contextualização da importância do Plano de Contratações Anual (PCA).  
Principais mudanças introduzidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.  
Objetivos e benefícios do PCA para a gestão de contratos.

**Módulo 2: Legislação Aplicável**

Análise detalhada da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas implicações para o PCA.  
Disposições específicas contidas na RA TCE/TO nº 7/2023.  
Interpretação e aplicação prática dos dispositivos legais.

**Módulo 3: Elaboração do PCA**

Passo a passo para a elaboração do Plano de Contratações Anual.  
Identificação e categorização das demandas de aquisição de bens e serviços.  
Aspectos técnicos e administrativos a serem considerados na construção do PCA.

**Módulo 4: Procedimentos e Prazos**

Detalhamento dos procedimentos a serem seguidos no processo de elaboração do PCA.  
Definição de prazos para apresentação, análise e aprovação do PCA.  
Papel dos diferentes setores envolvidos no cumprimento dos prazos estabelecidos.

**Módulo 5: Construção do Calendário do Plano de Contratações Anual (PCA):**

Importância do planejamento temporal para o PCA.  
Estratégias para elaboração de um calendário eficiente.  
Alinhamento do calendário com metas e prazos institucionais.

**Módulo 6: Fiscalização e Monitoramento do PCA**

Estratégias de fiscalização e monitoramento eficientes do Plano de Contratações Anual.  
Identificação de possíveis desvios e medidas corretivas.  
Integração de tecnologias e sistemas para aprimorar a gestão do PCA.

**Módulo 7: Casos Práticos e Estudos de Caso**

Apresentação de casos práticos relacionados à elaboração e execução do PCA.  
Discussões em grupo sobre desafios comuns e soluções eficazes.  
Análise de estudos de caso reais para fortalecer a compreensão dos participantes.

<b>6.2.1.18</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Power BI aplicado ao Controle Externo
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0636236)
<b>Objetivo (s)</b>	Promover um aprofundamento do conhecimento dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins quanto às funcionalidades dos programas de Business Intelligence (BI), mormente o programa Power BI, da Microsoft, empresa com a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

qual este órgão já possui os serviços contratados, de modo a permitir um aprimoramento da forma de organização e exposição dos dados coletados por esta instituição.

**Diagnóstico da Necessidade**

Processo SEI nº 23.004519-7

A deficiência no domínio das funcionalidades dos programas de BI impede o avanço na organização dos dados e, sobretudo, na exposição gráfica das informações

**Conteúdo Programático**

Módulo 1 - Fundamentos básicos de Power BI

1. Introdução

2. Aquisição de dados (importando dados para o Power BI; importando dados de um arquivo CSV; importando dados de arquivos Excel; importando dados de arquivos PDF; importando dados da web; conectando a um banco de dados; métodos import vs direct query; carregando dados de uma pasta)

3. Tratamento de dados (introdução ao tratamento de dados, análise exploratória; carregando dados do arquivo excell, promovendo cabeçalhos, manipulando tabelas; excluindo colunas; preenchimento automático de valores; dividindo colunas; adicionando colunas; renomeando colunas; substituindo valores; tipos de dados).

4. Modelagem de dados

5. Linguagem DAX (introdução à linguagem DAX, criando uma coluna calculada; criando medidas; Função SUM; função AVERAGE, função COUNT e COUNTROWS, função DIVIDE, função DISTINCTCOUNT, funções MAX e MIN; função CALCULATE; funções X - SUMX e AVERAGEX)

6. Visualização de dados

7. Como publicar o dashboard

Módulo 2 - Fundamentos de DAX

1. Introdução

2. Modelo de dados (análise exploratória; tratamento de dados; tabela fato vs tabela dimensão)

3. Linguagem DAX (medidas, colunas e tabelas calculadas; contextos de avaliação; boas práticas DAX)

4. Primeiras funções (calendarauto vs calendar; dimensão de tempo; funções SUM e SUMX, função DIVIDE; COUNTROWS e AVERAGEX)

5. Avançando em DAX (função ALL; função FILTER; função RELATED; função RELATEDTABLE; função LOOKUPVALUE)

6. Calculate (função CALCULATE; CALCULATE e ALLEXCEPT; USERRELATIONSHIP; CALCULATE com FILTER)

7. Outras funções DAX (DATESYTD; SAMEPERIODLASTYEAR; DATEDIFF; funções INT, ROUND e CONVERT; função SWITCH, AND e OR; combinando funções)

8. Construção de dashboard (metodologia; conhecendo a base de dados; solução excell; solução power BI)

Módulo 3 - Design de dashboards

1. Visualização de dados (Introdução de visualização de dados; DataViz e storytelling; Cards e tabelas; Prática: tabelas; Gráficos de linha; Prática: gráficos de linha; Gráficos de barras; Prática: gráficos de barras; Gráficos de barras empilhadas; Prática: Barras Empilhadas; Gráfico de barras e linhas; Gráfico de cascata; Prática: gráfico de cascata; Gráfico de pizza; Gráfico de dispersão)

2. Dashboards (Análise exploratória vs análise explanatória; origem dos dashboards; tipos de dashboards, relatórios vs dashboards)

<b>6.2.1.19</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Previdência dos Servidores Públicos e Fiscalização em RPPS
<b>Processo SEI</b>	23.003516-7 / 23.004519-7 (0620813), (0656476)
<b>Objetivo (s)</b>	O objetivo principal consiste em capacitar os servidores na legislação vigente de aposentadoria, bem como as atualizações com base nas modificações da legislação devido a reforma na previdência no serviço público, promovida pelas emendas constitucionais e pela Portaria MTP nº 1.467/22, possibilitando conhecimentos na operacionalização de concessão.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	Existe a necessidade de capacitação e treinamento dos servidores desta Coordenadoria, na busca de novos conhecimento e atualizações das legislações, pois aposentadoria é uma das atribuições da Diretoria de Recursos Humanos, assim atendendo as demandas existentes.
<b>Conteúdo Programático</b>	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

- Visão Geral da Previdência Social no Brasil
- Regime Jurídico de Trabalho e Regime Previdenciário
- Regime de Previdência Complementar - LC nº 108 e 109 de 2001, e Lei 12.618 de 2012.
  - Adesão
  - Transição para a previdência complementar (PC)
  - Cálculos da PC para ativos
  - Cálculos dos proventos da aposentaria
- Regras Constitucionais para Concessão dos Benefícios Previdenciários de Aposentadorias dos Servidores Públicos (segundo a EC 103/19 e as ECs 88/15, 70/12, 47/05, 41/03 e 20/98):
  - Regra do Direito Adquirido
  - Regras de Transição
  - Regra Geral (Disposições Transitórias)
- Apuração de tempo para aposentadoria
  - Tempo de serviço
  - Tempo fictício
  - Tempo de contribuição
  - Tempo de efetivo exercício no serviço público
  - Tempo de efetivo exercício no cargo efetivo
  - Tempo de efetivo exercício para as aposentadorias especiais do §4º do art. 40 da CF
- Cálculo dos proventos de aposentadoria
- Pensões por morte – Leis 13.846/19, 13.135/15, 10.887/04 e 8.213/91
  - Dependentes previdenciários
  - Formas de cálculo
  - Integralidade x Aplicação de redutor
  - Tempo mínimo de contribuição, de casamento e de união estável
  - Duração da pensão
  - Habilitação posterior ou superveniente
  - Rateio, reversão, extinção
- Reajustamento de aposentadorias e pensões por morte
- Aposentadorias Especiais do § 4º, 4º-A, 4º-B e 4º-C do artigo 40 da Constituição Federal
- I. Exposição a agentes prejudiciais à saúde a. Súmula Vinculante 33 (2014) do STF (Mandados de Injunção)
- II. Servidor com deficiência
- III. Atividades de risco
- Tópicos relevantes
  - Contribuição previdenciária
  - Abono de permanência
  - Cessão/Licença/Afastamento
  - Verbas incorporáveis e não incorporáveis
  - Acumulação de cargos e de benefícios previdenciários
  - Aposentadorias especiais do §4º do artigo 40 da Constituição Federal (servidores com deficiência, atividades de risco e prejudiciais à saúde)
  - Contribuição previdenciária e aposentadoria do cargo comissionado, do contratado temporariamente e do agente político
  - União estável, união homoafetiva e concubinato
  - Teto remuneratório constitucional
  - Certidões de Tempo de Contribuição – Portaria MTP 1.467/22

<b>6.2.1.20</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Redação Oficial
<b>Processo SEI</b>	23.003516-7 / 23.004519-7 (0636200), (0654599) e (0626731)
<b>Objetivo (s)</b>	
Promover um aprofundamento do conhecimento dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins quanto às regras gramaticais e às técnicas de redação em língua portuguesa formal com vistas em permitir um aprimoramento dos documentos oficiais emitidos por este órgão.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
A deficiência no domínio gramatical e na escrita prejudica a qualidade dos documentos exarados por este Tribunal, revestindo-os com erros diversos os quais reduzem a credibilidade da instituição.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aspectos gerais de redação de texto e redação oficial</li> <li>2. Estrutura da dissertação</li> <li>3. Estrutura dos parágrafos e coesão textual</li> <li>4. Introdução às regras gramaticais: estrutura sintática de uma oração</li> </ol>	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

5. Regras gramaticais: sujeito, verbo e predicado  
6. Regras gramaticais: vírgula  
7. Regras gramaticais: crase

<b>6.2.1.21</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Resiliência e Segurança da Informação
<b>Processo SEI</b>	
<b>Objetivo (s)</b>	
Capacitar membros e servidores do TCE-TO sobre Resiliência e Segurança da informação, bem como treinamento que envolve linguagem adequada para a liderança do Tribunal de Contas.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
Cada vez mais os Tribunais de Contas se tornam digitais. Assim, o impacto de uma paralisação operacional se torna tema de avaliação estratégica da gestão.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
A ser informado pelo ministrante.	

<b>6.2.1.22</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal - Atualizado com as Inovações Citadas pelas INs RFB nº 1.234/2012, 2.110/2022 e 2.145/2023 e Apresentação da Nova Reforma Tributária
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0650494), (0654701)
<b>Objetivo (s)</b>	
Atualizar, aperfeiçoar, capacitar e gerar conhecimentos relativos à retenção de tributos na administração pública e em relação às novas obrigatórias acessórias exigidas pela Receita Federal (e-Social; EFD-Reinf e DCTFWeb).	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
Treinamento e promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores desta Corte, reconhecendo que, em um ambiente produtivo e de excelência, é fundamental que o corpo técnico e profissional mantenha suas habilidades atualizadas e adquira novas competências para aprimorar o desempenho de suas funções principais.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
1) Legislação Aplicada a Tributos 2) Retenções de Tributos Federais de Pessoa Jurídica, Conforme IN RFB no 1.234/2012 (IRPJ, CSSL, COFINS e PIS/PASEP) 2.1 - Obrigatoriedade da Retenção 2.2 - Base de Cálculo e Alíquotas 2.3 - Hipóteses em que Não Haverá Retenção 2.4 - Declarações que Devem ser apresentadas para o Pagamento da Nota Fiscal ou Fatura 2.5 - Prazo para o Recolhimento dos Tributos 2.6 - Destaque dos Tributos no Documento Fiscal 2.7 - Retenções de Tributos sobre Nota Fiscal com Glosa e sobre Nota Fiscal com Juros e Multa 2.8 - Retenções em Situações Específicas Relacionadas na IN RFB no 1.234/2012 2.8.1 - Agências de Viagens, Turismo e Seguros 2.8.2 - Propaganda e Publicidade 2.8.3 - Empresas que Fornecem Vale-Refeição, Vale Transporte e Vale Combustível 2.8.4 - Das Cooperativas e das Associações de Profissionais ou Assemelhadas 2.8.5 - Da Pessoa Jurídica Amparada por Medida Judicial 2.9 - Comprovante Anual de Retenção 3) Retenção do Imposto de Renda (IRPJ), Conforme Decreto Federal no 9.580/2018 - Aplicável aos Órgãos e Entidades Distritais, Estaduais e Municipais 3.1 - Artigos 157 e 158 da Constituição Federal 3.2 - Fato Gerador	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

- 3.3 - Base de Cálculo
- 3.4 - Hipóteses de Incidência do IRPJ
- 3.5 - Alíquotas
- 3.6 - Casos de Dispensa de Retenção do IRPJ
- 3.7 - Destaque do IRPJ no Documento Fiscal
- 3.8 - Exceções à Regra de Retenção do IRPJ
- 3.9 - Prazo para o Recolhimento do IRPJ
- 3.10 - Comprovante de Retenção
- 3.11 - Informações na DIRF e DCTF
- 4) Retenções de Tributos de Empresas Optantes pelo Simples Nacional
- 5) Retenção da Contribuição Previdenciária sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Jurídicas, Conforme IN RFB no 2.110/2022
  - 5.1 - Obrigatoriedade de Retenção e Casos de Não Retenção
  - 5.2 - Retenção da Contribuição Previdenciária de Empresas Optantes pelo Simples Nacional
  - 5.3 - Deduções da Base Cálculo
  - 5.4 - Destaque da Retenção no Documento Fiscal
  - 5.5 - Desoneração da Folha de Pagamento (Lei no 12.546/11)
  - 5.6 - Retenção na Prestação de Serviços em Condições Especiais (Exposição a Agentes Nocivos)
  - 5.7 - Dados a Serem Informados no Documento Fiscal
  - 5.8 - Prazo para o Recolhimento
  - 5.9 - Obrigação de Inserção da Contribuição Previdenciária na EFD-Reinf
- 6) Retenção do Imposto de Renda sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Físicas, Conforme IN RFB no 1.500/2014
  - 6.1 - Definição de Contribuintes e de Rendimentos Tributáveis
  - 6.2 - Obrigatoriedade da Retenção
  - 6.3 - Tabela Progressiva do Imposto de Renda
  - 6.4 - Base de Cálculo
  - 6.5 - Código do DARF
  - 6.6 - Prazo para o Recolhimento
  - 6.7 - Retenção de Imposto de Renda sobre Pagamento de Aluguel a Pessoas Físicas
  - 6.8 - Comprovante de Rendimentos
- 7) Retenção da Contribuição Previdenciária sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Físicas, Conforme IN RFB no 2.110/2022
  - 7.1 - Contribuição por Parte do Contribuinte Individual
  - 7.2 - Obrigatoriedade da Retenção
  - 7.3 - Fato Gerador da Obrigação Previdenciária
  - 7.4 - Base de Cálculo e Alíquota
  - 7.5 - Obrigações da Unidade Pagadora
  - 7.6 - Obrigações do Contribuinte Individual
  - 7.7 - Recolhimento da Contribuição Patronal
  - 7.8 - Prazo para o Recolhimento
  - 7.9 - Obrigação de Inserção da Contribuição Previdenciária no e-Social
- 8) Retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física
  - 8.1 - Artigo 156 da Constituição Federal
  - 8.2 - Lei Complementar no 116/2003
  - 8.3 - Empresas Optantes pelo Simples Nacional
- 9) Retenções de Tributos sobre Pagamentos Realizados com Suprimento de Fundos
- 10) Retenções de Tributos de Microempreendedor Individual (MEI)
- 11) Retenções de Tributos sobre Aquisição de Produção Rural
- 12) e-Social
  - 12.1 - Legislação Relacionada ao e-Social
  - 12.2 - Definição
  - 12.3 - Princípios
  - 12.4 - Cronograma de Implantação do e-Social
  - 12.5 - Acesso ao e-Social
- 13) EFD-Reinf
  - 13.1 - Legislação Aplicada
  - 13.2 - Definição
  - 13.3 - Contribuintes Obrigados a Apresentar a EFD-Reinf
  - 13.4 - Informações que Devem ser prestadas na EDF-Reinf
  - 13.5 - Como as Informações Devem ser prestadas na EFD-Reinf
  - 13.6 - Grupos de Eventos
  - 13.7 - Prazo para Envio
  - 13.8 - Cronograma de Implantação
  - 13.9 - Acesso ao Sistema EFD-Reinf
- 14 - DCTFWeb
  - 14.1 - Legislação Aplicada à DCTFWeb
  - 14.2 - Definição
  - 14.3 - Obrigatoriedade de Apresentação
  - 14.4 - Dispensa de Apresentação
  - 14.5 - Elaboração e Envio
  - 14.6 - Contribuições que Devem ser declaradas na DCTFWeb
  - 14.7 - Penalidades pelo não Envio da DCTFWeb
  - 14.8 - Retificação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

- 14.9 - Cronograma de Implantação  
14.10 - Manual de Orientação da DCTFWeb  
15) Reforma Tributária  
15.1 - O que é a Reforma Tributária?  
15.2 - Importância da Reforma Tributária  
15.3 - O que a reforma Tributária Muda?  
15.4 - Benefícios da Reforma Tributária  
15.5 - Quando Passa a Valer a Reforma Tributária?  
15.6 - Como Fica o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física?  
16) Exercícios de Fixação

<b>6.2.1.23</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Comportamental
<b>Tema Geral</b>	Código de Ética dos Servidores do TCE/TO
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0636980)
<b>Objetivo (s)</b>	Ofertar aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) um entendimento do Código de Ética dos Servidores do TCE/TO, instituído pela Resolução Administrativa nº 01 de 9 de fevereiro de 2012, bem como do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, instituído pela Lei Estadual nº 1.818 de 23 de agosto de 2007.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	Assegurar que os servidores compreendam plenamente a relevância do tema e da Resolução Administrativa nº 01 de 9 de fevereiro de 2012 (Código de Ética) como um todo.
<b>Conteúdo Programático</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Resolução Administrativa nº 01 de 9 de fevereiro de 2012 –Código de Ética dos Servidores do TCE/TO;</li><li>· Condutas incompatíveis com o Código de Ética;</li><li>· Princípios e valores, bem como condutas estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins; (Lei Estadual nº 1.818 de 23 de agosto de 2007);</li><li>· Como prevenir e denunciar condutas inadequadas.</li><li>· Atividades no AVA (leituras complementares, legislação, códigos, decisões dos Tribunais)</li></ul>

<b>6.2.1.24</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Comportamental
<b>Tema Geral</b>	Relações Interpessoais, Trabalho em Equipe e Inteligência Emocional
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0637405), (0654647), (0654574), (0654663) e (0654685)
<b>Objetivo (s)</b>	<p>Tornar a convivência e o relacionamento interpessoal mais agradável e harmonioso no ambiente de trabalho.</p> <p>Importância estratégica de trabalho em equipes para o sucesso em projetos, com os conceitos básicos de trabalho em equipe, em relação as escolhas, julgamentos e tomadas de decisões.</p> <p>A Inteligência Emocional desempenha um grande papel na realização profissional das pessoas, agregando valor às suas equipes e organizações.</p> <p>Ao reconhecer nossas emoções e sentimentos, podemos adequá-los a situações diferentes. Isso gera empatia no trabalho e automotivação, já que também somos capazes de identificar as competências socioemocionais.</p> <p>Logo, o referido curso teria por objetivo capacitar os servidores deste TCE/TO a construir relacionamentos mais fortes, alcançar o sucesso na vida profissional, acadêmica, atingir objetivos pessoais, entre outros.</p> <p>Possuir qualquer uma das habilidades de IE pode ter um impacto positivo na carreira profissional, deve-se enfatizar que a Inteligência Emocional desempenha um papel ainda mais significativo no trabalho: equipes devem aprender a se entenderem efetivamente, a expressar seus pensamentos e opiniões e a se adaptarem às diferenças uns dos outros.</p>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

Conteúdo extraído do Blog Conexão PUC Minas: <a href="https://conexao.pucminas.br/blog/carreira/inteligencia-emocional-no-trabalho/">https://conexao.pucminas.br/blog/carreira/inteligencia-emocional-no-trabalho/</a>
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>
<p>A Inteligência Emocional dos líderes e membros de uma equipe afeta muitos aspectos de um ambiente de trabalho. Por exemplo, servidores com alta IE, podem ser mais otimistas e empáticos, o que ajuda a ter menos atritos no local de trabalho. O resultado é um local de trabalho mais positivo, compassivo, inclusivo e harmonioso, o que pode ser uma grande vantagem para toda a instituição.</p> <p>Ideias extraídas do Blog Conexão PUC Minas: <a href="https://conexao.pucminas.br/blog/carreira/inteligencia-emocional-no-trabalho/s">https://conexao.pucminas.br/blog/carreira/inteligencia-emocional-no-trabalho/s</a></p>
<b>Conteúdo Programático</b>
<p>Módulo 1 - Autoconhecimento: a base para a IE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Autoconhecimento</li> <li>· Principais teorias da IE</li> </ul> <p>Módulo 2 - Competências da inteligência emocional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Autocontrole e percepção emocional</li> <li>· Empatia</li> <li>· Otimismo e felicidade</li> </ul> <p>Sugestão de programa extraída da FGV: <a href="https://educacao-executiva.fgv.br/cursos/online/curta-media-duracao-online/inteligencia-emocional-e-resiliencia-1?oferta=105574">https://educacao-executiva.fgv.br/cursos/online/curta-media-duracao-online/inteligencia-emocional-e-resiliencia-1?oferta=105574</a></p>

## 6.2.2 Ações de Educação para os Servidores dos Órgãos e Entidades dos Jurisdicionados e Sociedade

<b>6.2.2.1</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Gestores e Servidores dos Órgãos Jurisdicionados
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os Jurisdicionados PROJETO 6.2 – Jurisdicionados Capacitados
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Cursos Contínuos
<b>Processo SEI</b>	
<b>Objetivo (s)</b>	Capacitar os gestores, agentes e servidores públicos dos Órgãos e Entidades jurisdicionados e sociedade em geral na utilização de instrumentos, ferramentas e programas utilizados no âmbito do Tribunal de Contas relativos às atividades de fiscalização.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	Conhecimento e aperfeiçoamento das competências e habilidades dos servidores para as práticas laborais.
<b>Conteúdo Programático</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. SICAP / LCO</li> <li>2. SICAP / AP</li> <li>3. SIAFE TO (4 módulos)</li> <li>4. CADUN</li> </ol>

<b>6.2.2.2</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Gestores e Servidores dos Órgãos Jurisdicionados
<b>Planejamento Estratégico</b>	3.0 Ampliar o Exercício da Cidadania por meio do Controle Social e do Compartilhamento de Informações 3.8 3.9 5.1
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Organizacional
<b>Tema Geral</b>	Projeto Agenda Cidadã: Cidadania sem Fronteiras. 16ª Edição
<b>Processo SEI</b>	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

<b>Objetivo (s)</b>
Promover o engajamento de gestores e legisladores estaduais e municipais, representantes de entidades governamentais e não governamentais, em ações efetivas de fortalecimento da cidadania, na implementação de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos fundamentais, na transparência da gestão e prestações de contas por parte dos governos e instituições públicas, bem como incentivar a participação ativa da sociedade no exercício do controle social.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>
Esta 16ª edição do programa “Agenda Cidadã” é mais uma ação educativa desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, por intermédio do Instituto de Contas 5 de Outubro. Previsto no Plano Anual de Formação e Capacitação – PAFC 2024, este projeto propõe a realização de um evento único direcionado para os gestores e legisladores estaduais e municipais, representantes de conselhos municipais e da sociedade civil, promovendo a qualificação do quadro técnico das entidades jurisdicionadas, como também o intercâmbio entre outras Cortes de Contas nacionais e internacionais.
<b>Conteúdo Programático</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Palestras com autoridades renomadas, nacionais e internacionais; (temas a definir)</li> <li>•Oficinas com temáticas a serem ministradas por membros e servidores do TCE/TO, que atuam como instrutores. (Temas a definir)</li> </ul>

<b>6.2.2.3</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Gestores e Servidores dos Órgãos Jurisdicionados
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os Jurisdicionados PROJETO 6.2 – Jurisdicionados Capacitados
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Aplicação do Novo Fundeb
<b>Processo SEI</b>	23.004921-4
<b>Objetivo (s)</b>	Contribuir para um esforço em prol da melhoria da atuação dos conselhos de educação e do “Fundeb”, os quais são fundamentais na prevenção e na correção de rumos no âmbito educacional.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	<p>A Emenda Constitucional nº 108/2020, a Lei Federal nº 14.113/2020 e o Decreto Federal nº 10.656/2021 trouxeram importantes impactos na atuação dos Tribunais de Contas brasileiros no que se refere à orientação, ao acompanhamento e à fiscalização dos recursos vinculados à educação, sobretudo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), incluindo a atuação dos Conselhos de Educação e dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACs).</p> <p>Assim, diferentes evidências indicam que muitos desses agentes não detêm a necessária qualificação para o desempenho das suas relevantes atribuições.</p>
<b>Conteúdo Programático</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Diretrizes e conceitos da Constituição Federal e LDB sobre a gestão democrática do ensino (autonomia financeira e pedagógica);</li> <li>· Destaques da legislação nacional sobre o planejamento e gestão dos recursos da educação incluindo o Plano Nacional de Educação, PPA, LOA (destaque para IDEB, acesso/matriculas e gestão escolar);</li> <li>· Novas regras da Lei do FUNDEB – legislação nacional e estadual;</li> <li>· Execução de despesas e impacto da aplicação desses recursos no limite mínimo de 25% na Educação e alcance das metas nacionais e locais.</li> </ul>

<b>6.2.2.4</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Gestores e Servidores dos Órgãos Jurisdicionados
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os Jurisdicionados PROJETO 6.2 – Jurisdicionados Capacitados
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Capacitação para Novos Prefeitos e Presidentes de Câmara. (35 anos de TCE)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

<b>Processo SEI</b>	23.005630-0 (0660691)
<b>Objetivo (s)</b>	Dar cumprimento ao projeto de comemoração dos 35 anos do TCE/TO, com a oferta de capacitações e workshop.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	Em razão do Evento de comemoração dos 35 anos do TCE/TO, serão realizados diversos cursos, com temas relevantes para o aprimoramento dos jurisdicionados e servidores. As obrigações que os novos prefeitos (as) e Presidentes de Câmaras terão perante o Tribunal de Contas e com a Administração Pública, é relevante a medida em que, este ano serão realizadas as eleições municipais, e muitos gestores possuem dificuldade de compreender as regras que revestem a sua gestão.
<b>Conteúdo Programático</b>	- Apresentar as leis, normas e regulamentações sobre prestações de contas e envio de informações ao TCE/TO - Apresentação das ferramentas e sistemas usados pelo TCE/TO para recebimento das informações. - Reiterar a importância da transparência e da prestação de contas - Distribuição de cartilha explicando quais dados, como e quando devem ser feita as remessas de informações ao TCE/TO

<b>6.2.2.5</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Gestores e Servidores dos Órgãos Jurisdicionados
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os Jurisdicionados PROJETO 6.2 – Jurisdicionados Capacitados
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Encontro Técnico sobre Transição de Gestão para Prefeitos e Presidentes de Câmara (35 Anos do TCE-TO)
<b>Processo SEI</b>	23.004609-6 / 23.005630-0 (0660686)
<b>Objetivo (s)</b>	Em razão das eleições municipais o curso objetiva capacitar os gestores sobre as normas e práticas relacionadas à transição de mandato.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	Em razão do Evento de comemoração dos 35 anos do TCE/TO, serão realizados diversos cursos, com temas relevantes para o aprimoramento dos jurisdicionados e servidores. O tema Transição de Mandato é relevante a medida em que, este ano serão realizadas as eleições municipais, e muitos gestores possuem dificuldade de compreender as regras que revestem a transição de mandato.
<b>Conteúdo Programático</b>	1. Entendendo a Importância da Transição para a Democracia e Continuidade dos Serviços 2. Aspectos Legais da Transição de Gestão 3. Ferramentas e Tecnologias para uma Transição Eficiente 4. Elaborando um Plano de Transição - Distribuição de uma cartilha “Passo a passo para uma transição eficiente”

<b>6.2.2.6</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Gestores e Servidores dos Órgãos Jurisdicionados
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os Jurisdicionados PROJETO 6.2 – Jurisdicionados Capacitados
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Semana do Controle Externo: Controle Externo na Democracia e Gestão Pública (35 Anos do TCE-TO)
<b>Processo SEI</b>	23.004609-6 / 23.005630-0 (0660671)
<b>Objetivo (s)</b>	Dar cumprimento ao projeto de comemoração dos 35 anos do TCE/TO, com a oferta de capacitações e workshop.
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

Em razão do Evento de comemoração dos 35 anos do TCE/TO, serão realizados diversos cursos, com temas relevantes para o aprimoramento dos jurisdicionados e servidores. O tema Controle Externo é atual e muito solicitado pelos jurisdicionados.

**Conteúdo Programático**

A importância e a função do controle externo na democracia e na gestão pública;  
Técnicas, métodos e ferramentas de controle e auditoria;  
Desafios, inovações e tendências na área de controle externo;  
Casos de sucesso e boas práticas em fiscalização e auditoria.  
Temas relevantes ao Controle Administrativo.

Palestras e oficinas que abordem a temática, com o objetivo de:

1. Ampliar o entendimento sobre a importância e a função do controle externo na democracia e na gestão pública.
2. Capacitar profissionais e interessados em técnicas, métodos e ferramentas de controle e auditoria.
3. Fomentar debates sobre desafios, inovações e tendências na área de controle externo.
4. Promover a troca de experiências entre órgãos de controle externo, gestores públicos e sociedade civil.
5. Destacar casos de sucesso e boas práticas em fiscalização e auditoria.

<b>6.2.2.7</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Gestores e Servidores dos Órgãos Jurisdicionados
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os Jurisdicionados PROJETO 6.2 – Jurisdicionados Capacitados
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Seminário de Resultados da Primeira Infância (35 Anos do TCE-TO)
<b>Processo SEI</b>	23.004609-6 / 23.005630-0 (06660676)
<b>Objetivo (s)</b>	
Dar cumprimento ao projeto de comemoração dos 35 anos do TCE/TO, com a oferta de capacitações e workshop.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
Em razão do Evento de comemoração dos 35 anos do TCE/TO, serão realizados diversos cursos, com temas relevantes para o aprimoramento dos jurisdicionados e servidores. Os resultados sobre a atuação do TCE/TO na Primeira Infância serão apresentados aos jurisdicionados.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
1. Mapeamento das Políticas Públicas para a Primeira Infância - Panorama atual das políticas públicas voltadas à primeira infância e suas abrangências; 2. Panorama das Obras Paralisadas no Tocantins: Causas e Consequências; 3. Diagnóstico e Mapeamento das Principais Obras Paralisadas - Desafios Administrativos e Jurídicos na Retomada de Obras 4. Estratégias e Ferramentas para Retomada de Obras Paralisadas.	
Apresentação dos resultados alcançados após 1 ano de assinatura do Compromisso Tocantinense pela Primeira Infância.	

<b>6.2.2.8</b>	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Gestores e Servidores dos Órgãos Jurisdicionados
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os Jurisdicionados PROJETO 6.2 – Jurisdicionados Capacitados
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	<i>Workshop</i> : Formação e Gestão de Consórcios Públicos (35 Anos do TCE-TO)
<b>Processo SEI</b>	23.004609-9 / 23.005630-0 (0660662)
<b>Objetivo (s)</b>	
Dar cumprimento ao projeto de comemoração dos 35 anos do TCE/TO, com a oferta de capacitações e workshop.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Em razão do Evento de comemoração dos 35 anos do TCE/TO, serão realizados diversos cursos, com temas relevantes para o aprimoramento dos jurisdicionados e servidores. O tema consórcio público é atual e muito solicitado pelos jurisdicionados.

### Conteúdo Programático

1. Conceitos básicos. Base legal. Formação de consórcios: concepção, estudos preliminares, até a formalização. Protocolo de intenções. Contrato. Estatuto. Contrato de Rateio. Contrato de Programa. Forma organização, estrutura. Estratégias para financiamento, captação de recursos e manutenção econômica do consórcio. Controle aplicado ao consórcio público: interno e externo. Prestação de Contas.

- Palestras:

1. Contextualização sobre o que são consórcios públicos, sua importância e função no cenário administrativo e político
2. Passo a passo para a formação de consórcios, desde a concepção, estudos preliminares, até a formalização do contrato
3. Análise das diferentes formas de gerir um consórcio, estruturas organizacionais e melhores práticas.
4. Estratégias para financiamento, captação de recursos e manutenção econômica do consórcio
5. Como definir metas, objetivos e ações estratégicas para consórcios, garantindo sua efetividade e impacto

### 6.3 Programa de Gestão da Informação e do Conhecimento

<b>6.3.1</b>	PROGRAMA de GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Biblioteca Conselheiro José Ribamar Meneses
<b>Processo SEI</b>	
<b>Objetivo (s)</b>	A Biblioteca Conselheiro José Ribamar Meneses tem por finalidade favorecer o acesso à informação, o aprendizado contínuo, a preservação cultural e o desenvolvimento intelectual, além de estimular a leitura e promover educação de qualidade para o público interno e externo, exercendo seu papel social de disseminar e democratizar o conhecimento. (Resolução Administrativa nº 19, de 11/12/2023)
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	A Biblioteca Conselheiro José Ribamar Meneses tem importância basilar na gestão do conhecimento do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Por meio de suas atividades é possível alicerçar e auxiliar o processo educacional desenvolvido pelo ISCON. Da mesma maneira, se tornou de extrema necessidade no atendimento ao público externo, disponibilizando espaço de estudo e pesquisa a membros da sociedade em geral.
<b>Conteúdo Programático</b>	<p>Por meio da Biblioteca é realizada a contratação de serviços das plataformas digitais: Proview e Fórum Conhecimento Jurídico, disponibilizado material digital (livros e periódicos) para membros e servidores do TCE/TO. Também, por meio de contratação, é realizada anualmente a atualização do Sistema Sophia de Biblioteca, no qual é gerenciado todo seu acervo bibliográfico.</p> <p>A Biblioteca desenvolve, a partir do gerenciamento do Sistema Sophia de Biblioteca: execução do tratamento técnico dos livros físicos e digitais (catalogação, classificação e registro), assim como dos periódicos físicos e digitais, colocando-os disponíveis para consulta e empréstimo; efetuação de cadastro de usuários, realizar e controlar empréstimos, devoluções, renovações e reservas de material bibliográfico. Também, é feito o atendimento ao usuário interno e externo e realiza pesquisa de jurisprudência, doutrina e legislação. Outro sistema gerenciado pela biblioteca é o Sistema de Legislação e Normas do TCE/TO, mantendo disponível e atualizado ao público em geral, informações de leis, atos normativos e regulamentos publicados no Boletim Oficial do TCE/TO, com revogações e alterações. Quanto ao atendimento ao público externo, ainda são realizadas visitas guiadas de acadêmicos das instituições de ensino local e de outras localizações do estado.</p> <p>Para o melhor desenvolvimento das atividades da biblioteca se faz necessária a capacitação de seus servidores por meio de cursos de treinamento nos serviços auxiliares dos sistemas ligados à biblioteca, como também no gerenciamento de pessoas no que concerne ao atendimento, assim como a atualização de conhecimento na gestão da informação, por meio de participação em congressos e encontros de profissionais da área.</p>

### 6.4 Programa de Capacitação Tecnologia da Informação

O Plano Anual de Capacitação de Tecnologia da Informação (PCTI) é um dos Planos de TI dispostos na Resolução Administrativa TCE/TO nº 4/2023, elaborado pela Diretoria de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

Informação - DINFO desta Corte de Contas e que possui a principal finalidade de contribuir com o:

*“desenvolvimento de habilidades nas melhores práticas de Gestão de TI, de forma a promover e auxiliar, de forma contínua, o alinhamento das competências técnicas e gerenciais do quadro de pessoal de TI às melhores práticas de governança de TI, desenvolvimento de sistemas e seguranças da informação, bem como sua atualização tecnológica;”*

Este Plano, está intimamente ligado ao Plano Estratégico do TCE/TO 2023-2030, aprovado pela Resolução Administrativa TCE/TO nº 10/2023, uma vez que a Tecnologia da Informação é parte estratégica do TCE/TO para o cumprimento de sua missão de “satisfazer as necessidades da sociedade, quanto a correta aplicação dos recursos públicos, garantindo um transparente, eficiente e eficaz sistema de fiscalização da gestão pública” e, sobretudo, garantir a excelência na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Pode-se verificar o PCTI na íntegra via Processo Sei nº 23.005735-7.

O referido PCTI foi incorporado às ações de educação deste Instituto de Contas, a seguir:

<b>6.4.1</b>	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TCE_TO
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Curso de Administração de Banco de Dados Microsoft SQL Server 2022
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0652111) / 23.005735-7
<b>Objetivo (s)</b>	
Qualificar o nosso quadro técnico responsável pela administração do banco de dados. Iniciamos, recentemente, uma reestruturação em nossa equipe de TI que resultou no remanejamento de pessoal oriundos de outras áreas (desenvolvimento, infraestrutura, entre outras) para a de banco. Além da formação de novos DBAs em SQL Server, necessitamos que esta capacitação nos auxilie na implementação de melhorias de infraestrutura e gestão das bases de dados, como adoção de um modelo de alta disponibilidade, auditoria, monitoração, backups e resolução de problemas de performance.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
Para atender de forma eficiente as demandas da coordenação de banco de dados é preciso conhecer novos recursos que minimizam o tempo gasto para resolver o problema. Para isso é preciso conhecermos novos recursos disponíveis no mercado. Essa coordenação atual somente com a ferramenta de gerenciamento de banco de dados SQL Server e sabendo que existem várias ferramentas e recursos que podem agilizar tarefas como: "gerenciamento e otimização de índices, gerenciamento de backups e restores, gerenciamento de armazenamentos e gerenciamento de logs", surgiu a necessidade de qualificação dos servidores desta coordenação.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
- ADMINISTRANDO INFRAESTRUTURA DE BANCO DE DADOS SQL SERVER 1. Segurança do SQL Server 2. Atribuição de Funções de Servidor e Banco de Dados 3. Autorizando Usuários a Acessar Recursos 4. Proteção de Dados com Criptografia e Auditoria 5. Modelos de Recuperação e Estratégias de Backup 6. Backup de Bancos de Dados SQL Server 7. Restaurando Bancos de Dados do SQL Server 8. Automatizando o Gerenciamento do SQL Server 9. Configurando a Segurança para o SQL Server Agent 10. Monitorando o SQL Server com Alertas e Notificações 11. Introdução ao Gerenciamento do SQL Server Usando o PowerShell 12. Rastreamento do Acesso ao SQL Server com Eventos Estendidos 13. Monitorando o SQL Server 14. Solução de Problemas do SQL Server 15. Importando e Exportando Dados - PROVISIONANDO BANCO DE DADOS SQL SERVER 1. Componentes do SQL Server 2. Instalando o SQL Server 3. Atualizando o SQL Server 4. Trabalho com Bancos de Dados 5. Executando a Manutenção do Banco de Dados 6. Opções de Armazenamento de Banco de Dados	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

7. Planejando a Implantação do SQL Server no Microsoft Azure
  8. Migrando Bancos de Dados para Banco de Dados SQL do Azure
  9. Implantando o SQL Server em uma Máquina Virtual do Microsoft Azure
  10. Gerenciando Bancos de Dados na Nuvem
- ANÁLISE E PROPOSTAS DE TUNNING E NOVAS ESTRATÉGIAS DE BANCO DE DADOS
1. Gerenciamento de Consultas
  2. Gerenciamento de Índices
  3. Particionamento de Tabelas e Índices
  4. Monitoramento de Recursos do Servidor de Banco de Dados
  5. Melhores Práticas de Configuração do TempDB.
  6. Testes de Desempenho e Otimização do Sql Server.
  7. Metodologias e Práticas de Resolução de Problemas.
  8. Estratégias de Backups e Recuperação de Dados.
  9. Planejamento e Implementação de Alta Disponibilidade no SQL Server.

<b>6.4.2</b>	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TCE_TO
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Aquisição de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0656207) / 23.005735-7
<b>Objetivo (s)</b>	
Conceder fundamentos teóricos e práticos relacionados à aquisição de soluções de Tecnologias da Informação (TI) no âmbito governamental, aos servidores do TCE/TO, visando a aquisição de soluções com o fim de obter os melhores resultados para a administração pública, tanto do ponto de vista financeiro quanto ao atendimento às necessidades dos órgãos públicos.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
Advento da Nova Lei 14.133/2021 e as peculiaridades relativas à aquisição de Tecnologia de Informação e Comunicação	
<b>Conteúdo Programático</b>	
Módulo 1: Fundamentos e princípios	
Módulo 2: Planejamento de aquisições de TI	
Módulo 3: Pesquisa de preço e otimização das aquisições de TI	
Módulo 4: Fase externa e gestão contratual	
Módulo 5: Tópicos especiais e relacionados à RA 7/2023	

<b>6.4.3</b>	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TCE_TO
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Competência Técnica
<b>Tema Geral</b>	Análise de Pontos de Função
<b>Processo SEI</b>	23.004519-7 (0652279) / 23.005735-7
<b>Objetivo (s)</b>	
Medir (e também estimar) o tamanho funcional de software, usando o processo de Análise de Pontos de Função definido pelo Grupo Internacional de Usuários de Pontos de Função – IFPUG – organização responsável pela padronização da APF e métodos para estimar o tamanho a partir de requisitos ainda incompletos como os da NESMA. Ainda, será possível aplicar o conhecimento adquirido durante o curso de medição de software, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), com casos reais e com o apoio de especialista experiente.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
Em 1º de outubro de 2019, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins celebrou o Contrato 153 (0277846) com a empresa K R P Consultoria em Tecnologia de Informação Ltda. O objeto do contrato é a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de sistemas em regime de Fábrica de Software. Os serviços prestados pela empresa são medidos por Ponto de Função (PF).	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

Atualmente, apenas 1 (um) servidor da CODES possui conhecimento em PF. Esse servidor é responsável por revisar todas as medições enviadas pela fábrica de software.

A capacitação de mais servidores do TCE/TO em PF é essencial para aumentar a qualidade de análise de conteúdo dos artefatos, dar mais fluidez ao processo de verificação das medições enviadas pela empresa, eliminar o risco de possíveis erros de medição, direcionar o levantamento de requisitos e implementação de sistemas, e proporcionar maior conhecimento aos envolvidos no gerenciamento do contrato.

Apesar do Contrato 153 (0277846) estar próximo de sua validade, para garantir a continuidade dos serviços, a CODES e a Diretoria de Informática (DINFO) irão realizar uma nova contratação com o mesmo objeto.

**Conteúdo Programático**

Definição de APF e do Ponto de Função;  
Objetivos da APF;  
Benefícios da APF;  
Usuário e visão do usuário;  
Tipos de requisito - funcionais e não funcionais;  
Resumo da medição aplicada;  
O processo de contagem  
Documentação disponível;  
Identificação do propósito da contagem;  
Determinação do tipo de contagem;  
Identificação do escopo da contagem;  
Identificação da fronteira da aplicação;  
Medição das funções tipo dado;  
Identificação dos processos elementares;  
Lógicas de processamento;  
Medição das funções tipo transação;  
Critério de unicidade;  
Calculando o tamanho funcional;  
Documentando e reportando o resultado;  
Medindo melhoria e manutenção;  
Estimativa de tamanho funcional;  
Estimativas de esforço, prazo e custo;  
Oficina para aplicar o conhecimento teórico e a experiência prática adquiridos no contexto específico do TCE/TO, em projetos reais, com o apoio de especialista certificado experiente no assunto.

## 6.5 Programa de Desenvolvimento Artístico e Cultural

O Programa de Desenvolvimento Artístico e Cultural integra a oferta dos seguintes eventos:

<b>6.5.1</b>	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Comportamentais
<b>Tema Geral</b>	Projeto Canto Coral
<b>Objetivo (s)</b>	
<p>Promover o bem-estar físico e mental de cada integrante do Coral; Incentivar e fortalecer o espírito cooperativo; Desenvolver nos servidores o espírito de equipe; Contribuir com a formação cultural; Aprimorar o senso crítico e artístico dos coralistas; Contribuir para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; Incentivar o trabalho social de voluntariado por meio de apresentações em hospitais e asilos propiciando momentos de lazer aos internos; Viabilizar apresentações públicas para divulgação do trabalho junto à comunidade;</p>	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
<p>Nas organizações públicas e privadas, o canto coral vem desempenhando um importante papel, como uma forma de integração entre servidores, especialmente por tratar-se de uma atividade cuja característica é atuação em grupo.</p> <p>Além de proporcionar uma convivência harmoniosa no ambiente de trabalho, o exercício do canto coral contribui para a melhoria da saúde daqueles que dele participam aliviando tensões comuns do dia-dia, e diminuindo os níveis de estresse, físico e mental.</p>	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

Assim, seus integrantes tornam-se mais colaborativos e participantes das atividades institucionais o que reflete de forma positiva na melhoria e fortalecimento da imagem da instituição.

**Conteúdo Programático**

Teoria musical para o estudo de leitura de notas e partituras e de temas afins.  
Exercícios respiratórios, vocalizes e aquecimento vocal.  
Ensaios  
Apresentações internas  
Apresentações externas

<b>6.5.2</b>	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
<b>Gestão de Competências</b>	Comportamentais
<b>Tema Geral</b>	Projeto Mãos de Contas
<b>Objetivo (s)</b>	
O Projeto Mãos de Contas promove oficinas de arte e artesanato, com o objetivo de promover suas habilidades manuais, a integração, a cooperação, a criatividade e a serenidade espiritual, incentivar a criatividade artística e a integração dos servidores do TCE/TO, bem como de seus familiares.	
Sua culminância se dá com uma exposição ao final do ano dos produtos confeccionados nas oficinas.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
Sabe-se que ao se trabalhar com artesanato é possível obter ganhos efetivos. Contudo, a motivação para a criação deste projeto é o fato do artesanato propiciar um relaxamento, tanto do ponto de vista mental quanto físico, estimulando a concentração, a memória e a coordenação motora, sendo, portanto indicado para participantes de todas as idades. O público-alvo constitui-se de todos os membros e servidores do TCE/TO efetivos, comissionados, ativos, inativos, seus dependentes e servidores da empresa terceirizada de prestação de serviços.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
Fuxico Cesto feito com papel Amigurumi (Crochê) Oficina de Peças Natalinas	

<b>6.5.3</b>	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL
<b>Planejamento Estratégico</b>	PROJETO 3.8 – Certificações aos Cidadãos
<b>Gestão de Competências</b>	Competências Técnicas
<b>Tema Geral</b>	Visitação ao Memorial TCE-TO
<b>Objetivo (s)</b>	
Promover a visitação para estudantes da Educação Fundamental dos Anos Finais (8º e 9º Anos) e Ensino Médio das redes públicas municipal e estadual, ao Memorial do Tribunal de Contas do Tocantins, com vistas ao conhecimento da história dos 34 anos do TCE e consequentemente parte da história da criação do Estado do Tocantins, bem como, da Mostra Fotográfica: Palmenses – em frente, a nossa história sediada por esta Corte.	
<b>Diagnóstico da Necessidade</b>	
Ressalta-se que para o Memorial - TCE é de suma importância a visitação proposta para a formação cultural dos alunos na fase da adolescência e juventude que contribuirá para reforçar o compromisso desta Instituição com o exercício do Controle Social, bem como, oferecer aos estudantes um momento significativo de aprendizagem e reconhecimento histórico regional.	
Destaca-se que o estabelecimento de novos laços com a comunidade tocantinense e o público em geral, considerando as atribuições do Tribunal e as ações de transparência administrativa, contemplando, ainda, o acesso à informação.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
Explicação sobre a criação do TCE/TO e o Memorial; Visitação ao prédio.	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

7 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

A estimativa da despesa com as ações educacionais propostas neste Plano de Trabalho, estão detalhadas na tabela a seguir, classificadas por Competências.

Tabela 5 – Orçamento

<b>Ações de Capacitação para Membros e Servidores</b>			
<b>Ação</b>		<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Estimativa de Custo</b>
1.	Desenvolvimento de Competências Comportamentais	Serviços de Terceiros - PF	R\$ 17.864,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 85.000,00
		Passagens e despesas com locomoção	R\$ 21.176,00
		Diárias	R\$ 35.000,00
2.	Desenvolvimento de Competências Organizacionais e Gerenciais	Serviços de Terceiros - PF	R\$ 50.000,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 150.000,00
		Passagens e despesas com locomoção	R\$ 63.529,00
		Diárias	R\$ 50.000,00
3.	Desenvolvimento de Competências Organizacionais e técnicas	Serviços de Terceiros - PF	R\$ 25.521,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 155.000,00
		Passagens e despesas com locomoção	R\$ 77.647,00
		Diárias	R\$ 65.000,00
4.	Desenvolvimento de Competências Técnicas	Serviços de Terceiros - PF	R\$ 25.521,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 250.000,00
		Bolsa Estudo	R\$ 52.000,00
		Passagens e despesas com locomoção	R\$ 84.705,00
		Diárias	R\$ 65.000,00
<b>SUB TOTAL</b>			<b>R\$ 1.272.963,00</b>
<b>Ações de Capacitação para Jurisdicionados e Sociedade</b>			
1.	Desenvolvimento de Competências Organizacionais e Técnicas	Serviços de Terceiros - PF	R\$ 22.969,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 95.000,00
		Diárias	R\$ 36.157,00
2.	Desenvolvimento do Controle Social	Passagens e despesas com locomoção	R\$ 52.941,00
		Serviços de Terceiros - PF	R\$ 10.000,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 45.000,00
		Diárias	R\$ 10.330,00
<b>SUB TOTAL</b>			<b>R\$ 272.397,00</b>
			<b>R\$ 1.545.360,00</b>



## 8 PREVISÃO DE EXECUÇÃO

A Previsão de execução das ações educacionais propostas neste plano constam no anexo VI, cujas datas poderão, eventualmente, sofrer alterações a depender da disponibilidade de agenda de instrutores e/ou profissionais ministrantes.

## 9 AVALIAÇÃO

A avaliação é de extrema importância dentro do processo educativo pois possibilita o fornecimento de informações sobre o processo, criando condições para que os resultados esperados sejam constantemente reestruturados.

### 9.1 Avaliação de Reação

Esse nível compreende os executores do programa – participante e instrutores, e seu objetivo é mensurar de forma qualitativa e quantitativa as ações educativas realizadas através de seus envolvidos.

Itens como Avaliação Geral do Evento, Avaliação do Instrutor, Avaliação dos Serviços e Auto Avaliação são medidos de forma objetiva e por formulário próprio, bem como, de questões subjetivas sobre a visão do participante. (Anexos II e III)

### 9.2 Avaliação de Aprendizagem

A avaliação de aprendizagem corresponde ao segundo nível de avaliação aplicada nos cursos de formação inicial para carreiras, cursos do Programa de Aperfeiçoamento Profissional, cursos de especialização e cursos a distância.

Em consonância com a metodologia do ensino-aplicação, o objetivo da avaliação de aprendizagem é o de verificar a capacidade do aluno de aplicar os conceitos, técnicas e reflexões realizadas durante a disciplina na análise, resolução ou construção de soluções para problemas e/ou temas concretos do contexto e da prática governamental.

Nos cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional, a avaliação é proposta pelo instrutor, e validada pelo ISCON. Os critérios de avaliação constam nos programas e planos de cursos. Em razão de seu objetivo de verificar a capacidade de aplicação do aluno, a avaliação poderá ser realizada por meio de trabalhos em grupo, provas e trabalhos individuais, entre outras.

Nos cursos a distância, a avaliação da aprendizagem poderá ser requisito para a aprovação. Para tanto, deverão ser disponibilizadas, aos participantes, atividades pontuadas, individuais ou em grupo, frequentemente sob a forma de questionários avaliativos (múltipla escolha, associação, verdadeiro ou falso etc.), discussões em fóruns, atividades práticas e estudos de caso.

Em articulam aos outros processos avaliativos que ocorrem em nível institucional somam-se as atividades complementares que fornecem evidências compondo uma visão integrada da oferta de ação educacional, com vistas ao desenvolvimento profissional.



## BIBLIOGRAFIA

MORETTO, Vasco Pedro. Planejamento: **Planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. 10.ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014

TEIXEIRA, Beatriz de Bastos. Comunidade escolar. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

TOCANTINS. Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2014**. Palmas: Instituto de Contas 5 de Outubro, 2011.

PALUDO, Augustinho V; OLIVEIRA. Antonio G. **Governança Organizacional pública e Planejamento Estratégico: Para órgãos e Entidades Públicas**. Indaiatuba- SO: Editora Foco, 2021.



ANEXO I

Modelo - Solicitação de Ação Educativa

SOLICITAÇÃO DE AÇÃO EDUCACIONAL	
TEMA GERAL	(Nome da capacitação sugerida)
UNIDADE DEMANDANTE	
TIPO (DURAÇÃO)	( ) Curta ( ) Média ( ) Longa
MODALIDADE SUGERIDA	( ) Presencial ( ) Online ( ) Híbrido
PÚBLICO-ALVO	
Nº DE PARTICIPANTES	
CARGA HORÁRIA	
OBJETIVO (S)	
DIAGNÓSTICO DA NECESSIDADE	(Relatar quais as deficiências identificadas nos processos de trabalho)
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	(Detalhar os assuntos pretendidos e/ou necessários)
JUSTIFICATIVA	
RESULTADOS ESPERADOS	
OBSERVAÇÕES	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

ANEXO II

**Avaliação de Reação (Presencial)**

Evento: \_\_\_\_\_

Instrutor (a): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome do Participante (opcional): \_\_\_\_\_ ( ) Servidor do TCE ( ) Convidado /Jurisdicionado

Você finaliza uma ação educativa promovida pelo ISCON-TO. Buscamos a excelência e sua avaliação será de grande relevância para levantamento dos pontos atingidos com êxito e para identificar os aspectos que precisam de mudanças com o objetivo de oferecer momentos significativos e satisfatórios de aprendizagem em futuros eventos. Sua identificação é optativa. Em cada item assinale uma nota de 0 a 10. Deixe em branco o item que não foi verificado no referido evento.

AVALIAÇÃO GERAL DO EVENTO	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Local do evento											
Data do evento											
Duração do Evento (carga horária)											
Pontualidade nos horários previstos											
Climatização do ambiente											
Número de participantes											
Tema do evento											
Qualidade do material didático											
Grau de profundidade do conteúdo do evento											
Qualidade do material didático											
<b>AVALIAÇÃO DO INSTRUTOR</b> <b>Conceituais e Procedimentais conforme RA/TCE/TO</b> <b>Nº01/2011, DE 04 DE MAIO DE 2011)</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>
Domínio conceitual e procedimental (prática) do Conteúdo											
Utilização de recursos didáticos e metodológicos											
Interação com a turma											
Motivação dos ouvintes											
Utilização de linguagem clara e objetiva											
<b>AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>
Recepção / Credenciamento											
Atuação do Instituto de Contas (para informações gerais, inscrições, resolução de pendências, etc).											
Atuação (técnico, pedagógico, administrativo) da instituição parceira											
<b>AUTO-AVALIAÇÃO</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>
Ciência dos objetivos do evento (divulgados pela Instituição de Contas, Intranet, Internet, Redes etc)											
Avaliação de seu desempenho e aproveitamento como participante (pessoal e profissional)											

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

1. CASO, NA AVALIAÇÃO ACIMA, HAJA ITEM COM A MARCAÇÃO ABAIXO DA PONTUAÇÃO 07, SOLICITAMOS INDICAÇÕES OU SUGESTÕES PARA PODERMOS MELHORÁ-LO:

\_\_\_\_\_

2. HÁ INTERESSE EM OUTROS CURSOS? ( ) Sim ( ) Não  
Qual o tema de interesse? \_\_\_\_\_

VOCÊ TEM ALGUM COMENTÁRIO, SUGESTÃO OU CRÍTICA QUE QUEIRA REGISTRAR? (Registrar no verso da folha)

Agradecemos sua participação! Equipe ISCON.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

ANEXO III

Avaliação de Reação (Curso On-line)

Você finaliza uma ação educativa promovida pelo ISCON-TO. Buscamos a excelência e sua avaliação será de grande relevância para levantamento dos pontos atingidos com êxito e para identificar os aspectos que precisam de mudanças com o objetivo de oferecer momentos significativos e satisfatórios de aprendizagem em futuros eventos. Sua identificação é optativa. Em cada item assinale uma nota de 0 a 10. Deixe em branco o item que não foi verificado no referido evento.

TEMA / CONTEÚDO	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Importância do assunto/conteúdo com o evento/curso											
A carga horária do evento/curso foi suficiente para a abordagem do tema/conteúdo											
As ideias principais do tema/conteúdo abordadas no evento/curso possibilitam a conquista de novos conhecimentos											
Na abordagem do tema/conteúdo houve relação com a prática											
Importância do assunto/conteúdo com o evento/curso											
A carga horária do evento/curso foi suficiente para abordagem do tema/conteúdo											
As ideias principais do tema/conteúdo abordadas no evento/curso possibilitaram a conquista de novos conhecimentos											
Na abordagem do tema/conteúdo houve relação da teoria com a prática.											
<b>AVALIAÇÃO DO INSTRUTOR</b> <b>Conceituais e Procedimentais conforme RA/TCE/TO Nº01/2011, DE 04 DE MAIO DE 2011)</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>
Domínio conceitual e procedimental (prática) do Conteúdo											
Utilização de recursos didáticos e metodológicos											
Interação com a turma											
Motivação dos ouvintes											
Utilização de linguagem clara e objetiva											
<b>AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>
Recepção / Credenciamento											
Atuação do Instituto de Contas (para informações gerais, inscrições, resolução de pendências, etc).											
Teve facilidade para acessar a plataforma virtual ou de ensino?											
O atendimento do suporte técnico prestado durante o desenvolvimento do evento/curso foi eficiente?											
A plataforma virtual ou de ensino atendeu suas expectativas?											
<b>AUTO-AVALIAÇÃO</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>
Ciência dos objetivos do evento (divulgados pela Instituição de Contas, Intranet, Internet, Redes etc)											
Assimilei o conteúdo do evento/curso e sinto-me à vontade para socializar os conhecimentos com minha equipe de trabalho.											
Avaliação de seu desempenho e aproveitamento como participante (pessoal e profissional)											

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

1. CASO, NA AVALIAÇÃO ACIMA, HAJA ITEM COM A MARCAÇÃO ABAIXO DA PONTUAÇÃO 07, SOLICITAMOS INDICAÇÕES OU SUGESTÕES PARA PODERMOS MELHORÁ-LO: \_\_\_\_\_
2. HÁ INTERESSE EM OUTROS CURSOS? ( ) Sim ( ) Não Qual o tema de interesse? \_\_\_\_\_

VOCÊ TEM ALGUM COMENTÁRIO, SUGESTÃO OU CRÍTICA QUE QUEIRA REGISTRAR? (Registrar no verso da folha)

Agradecemos sua participação!! Equipe ISCON



ANEXO IV

**Modelo de Solicitação de Proposta - Pessoa Física**

**1. E-mail:**

Prezado,

A equipe pedagógica do Instituto de Contas 5 de Outubro do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins cumprimenta cordialmente a (\_\_\_\_\_).

De acordo com o planejamento das Ações Educacionais do ISCON previstas para o exercício de 2024, destacamos a temática: (\_\_\_\_\_).

Assim, considerando a pertinência dos instrumentos de governança e do planejamento das contratações do Tribunal de Contas do Tocantins, regidas pela Resolução Administrativa TCE-TO nº 07/2023, solicitamos a proposta da temática apresentada dentro do cumprimento das seguintes exigências:

- 1. Envio de Proposta/Plano Comercial conforme modelo encaminhado em anexo.**
- 2. Envio de documentação, através deste contato de e-mail, dos seguintes itens:**

<b>DOCUMENTOS</b>
RG, PIS/PASEP e comprovante de endereço do instrutor;
Dados bancários (Banco/agência/conta);
Contracheque quando o instrutor for servidor público – (a título de descontos previdenciários);
Documento Pessoal dos dependentes legais - (a título de base de cálculo do IRPF);
Certidões negativas do instrutor: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal da sede do Licitante e FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF;
03 Atestados de Capacidade Técnica emitido por contratante anterior, que comprove a especialização do instrutor;
03 comprovações de preços de cursos similares em outras instituições (Recibo, Nota de empenho, Nota fiscal);
Currículo do instrutor contendo a qualificação com objetivo de comprovar sua capacidade técnica e notória especialização (cópia de diplomas, principais certificados, de forma que comprovem a fama, especialização e a notoriedade singular que o profissional irá executar o serviço);
Registro ou inscrição na Entidade Profissional Competente, se for o caso.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

Esclarecemos que a Documentação e Proposta/Plano Comercial (anexo) solicitados nos itens 1 e 2 deverão ser encaminhados no prazo de até 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da solicitação. Passado o prazo estabelecido, configurar-se-á em desinteresse na prestação dos serviços.

Por conseguinte, segue em anexo os conteúdos que constam em nossa matriz de conhecimento para que possa servir de material norteador na elaboração da Proposta/Plano Comercial.

Nos colocamos à disposição para dúvidas e/ou mais informações.

Equipe Pedagógica  
Instituto de Contas 5 de Outubro  
Tribunal de Contas do Tocantins  
Palmas-TO  
(63) 3232-5970

<b>PLANO/ PROPOSTA DE CURSO</b>	
<b>DADOS GERAIS</b>	
Nome	
CPF e RG	
Endereço Físico e eletrônico	
Contatos	
Instrutor(es)	(Apresentar Currículo Reduzido)
<b>PLANO DE CURSO</b>	
TEMA GERAL	(Nome da capacitação sugerida)
Público-alvo	
Nº de Participantes	
Pré-requisitos público-alvo	
Carga Horária	
Local	
Data	
Horário	
Modalidade Sugerida	( ) Presencial ( ) Online ( ) Híbrido
Objetivo Geral	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Objetivos Específicos	(Enumerar no mínimo 3 objetivos)
Conteúdo Programático	(Detalhar neste campo os assuntos pretendidos)
Metodologia	(Detalhar os procedimentos pedagógicos e indicar prováveis modulações e/ou etapas)
Recursos Didáticos	
Resultados Esperados	
Avaliação e Certificação	
Bibliografia Sugerida	
Observações	
<b>DADOS FINANCEIROS</b>	
Valor da Proposta:	Conter a especificação: “No valor apresentado na proposta já está incluído todo o custo de deslocamento (passagem aérea, hospedagem, locomoção e alimentação), que serão por conta da empresa CONTRATADA” quando houver deslocamento.
OBSERVAÇÕES:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sob o valor da proposta há incidência de impostos – ISS, INSS e IR – retidos na fonte.</li><li>• Validade da Proposta mínimo de 60 dias.</li></ul>
Dados Bancários:  Banco/Agência/Conta Corrente	



ANEXO V

**Modelo de Solicitação de Proposta - Pessoa Jurídica**

**MODELO DE E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO / PESSOA JURÍDICA**

Prezado,

A equipe pedagógica do Instituto de Contas 5 de Outubro do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins cumprimenta cordialmente a (\_\_\_\_\_).

De acordo com o planejamento das Ações Educacionais do ISCON previstas para o exercício de 2024, destacamos a temática: (\_\_\_\_\_).

Assim, considerando a pertinência dos instrumentos de governança e do planejamento das contratações do Tribunal de Contas do Tocantins, regidas pela Resolução Administrativa TCE-TO nº 07/2023, solicitamos a proposta da temática apresentada dentro do cumprimento das seguintes exigências:

1. **Envio de Proposta/Plano Comercial conforme modelo encaminhado em anexo.**
2. **Envio de documentação, através deste contato de e-mail, dos seguintes itens:**

DOCUMENTOS
— Cartão de CNPJ e Ato Constitutivo (Contrato Social, Estatuto ou Declaração de Firma Individual);
— CPF, RG e comprovante de endereço do responsável da empresa;
— Dados bancários da empresa (Banco/agência/conta);
— Certidões negativas da empresa: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal da sede do Licitante e FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF e trabalhistas;
— 03 Atestados de Capacidade Técnica emitido por contratante anterior, que comprove a especialização da empresa;
— 03 Atestados de Capacidade Técnica do Instrutor;
— 03 comprovações de preços em outras instituições (Recibo, Nota de empenho, Nota fiscal);
— Registro ou inscrição na Entidade Profissional Competente, (diploma ou certificação do instrutor)
— Carta ou Certidão de exclusividade do curso
— Vínculo do instrutor com a empresa

Esclarecemos que a Documentação e Proposta/Plano Comercial (anexo) solicitados nos itens 1 e 2 deverão ser encaminhados no prazo de até 5 dias úteis, a contar da data do



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

recebimento da solicitação. Passado o prazo estabelecido, configurar-se-á em desinteresse na prestação dos serviços.

Por conseguinte, segue em anexo os conteúdos que constam em nossa matriz de conhecimento para que possa servir de material norteador na elaboração da Proposta/Plano Comercial.

Nos colocamos à disposição para dúvidas e/ou mais informações.

Equipe Pedagógica  
Instituto de Contas 5 de Outubro  
Tribunal de Contas do Tocantins  
Palmas-TO  
(63) 3232-5970

<b>PLANO/ PROPOSTA DE CURSO</b>	
<b>DADOS GERAIS</b>	
Qualificação da Empresa	
Nome Empresa	
CNPJ	
Endereço Físico e eletrônico	
Contatos	
Representante legal (informações pessoais, RG, CPF e endereço)	
Instrutor(es) Indicado(s)	(Apresentar Currículo Reduzido)
<b>PLANO DE CURSO</b>	
TEMA GERAL	(Nome da capacitação sugerida)
Público-alvo	
Nº de Participantes	
Pré-requisitos público-alvo	
Carga Horária	
Local	
Data	
Horário	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Modalidade Sugerida	( ) Presencial ( ) Online ( ) Híbrido
Objetivo Geral	
Objetivos Específicos	(Enumerar no mínimo 3 objetivos)
Conteúdo Programático	(Detalhar neste campo os assuntos pretendidos)
Metodologia	(Detalhar os procedimentos pedagógicos e indicar prováveis modulações e/ou etapas)
Recursos Didáticos	
Resultados Esperados	
Avaliação	
Bibliografia Sugerida	
Observações	
<b>DADOS FINANCEIROS</b>	
Valor da Proposta:	Conter a especificação: “No valor apresentado na proposta já está incluído todo o custo de deslocamento (passagem aérea, hospedagem, locomoção e alimentação), que serão por conta da empresa CONTRATADA” quando houver deslocamento.
OBSERVAÇÕES:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sob o valor da proposta há incidência de impostos – ISS, INSS e IR – retidos na fonte.</li><li>• Validade da Proposta mínimo de 60 dias.</li></ul>
Dados Bancários:	
Banco/Agência/Conta Corrente	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

ANEXO VI

**Tabela 1 – Ações Educacionais par Membros e Servidores**

PREVISÃO DE EXECUÇÃO			H/A
ABRIL	03, 11 e 17/04/24	EMENTA PERFEITA	16
	08 a 12/04/24	ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS MICROSOFT SQL SERVER 2022	20
	22 a 24/04/24	GESTÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	12
	16 a 19/04/24	FISCALIZAÇÃO DOS PPA, LDO E LOA	16
	22 a 26 /04/24	AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC	20
MAIO	13 a 17/05/2024	FUNCIONAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DO SICAP/CONTÁBIL E SICAP/ATOS DE PESSOAL	20
	14 a 17/05/2024	GESTÃO DE PROCESSOS E PROJETOS	16
	21 e 22/05/24	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA	8
	23 e 24/05/24	RESILIÊNCIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	8
JUNHO	11 a 14/06/24/24	GESTÃO DE RISCO	
	11 a 14/06/24/24	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A IMPORTÂNCIA DAS NOTAS EXPLICATIVAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA NÃO CONTADORES	16
	17 a 21/06/24	ANÁLISE DE PONTOS DE FUNÇÃO	20
	24 a 28/06/24	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	20
AGOSTO	01/08/2024	CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TCE-TO	6
	06/08/2024	SEMINÁRIO SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA	8
	16/08/2024	MÉTODOS QUALITATIVOS DE AUDITORIA	20
	16/08/2024	APLICAÇÃO DE MÉTODOS QUALITATIVOS EM AUDITORIA PÚBLICAS	20
	20 a 23/08/24	PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA	16
	27 a 30/08/24	ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	16
SETEMBRO	03 a 05/09/24	FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÃO	12
	03 a 06/09/24	NOÇÕES DE PROCESSO CIVIL APLICADAS AO TCE/TO	16
	16 a 20/09/24	POWER BI APLICADO AO CONTROLE EXTERNO	20
OUTUBRO	01 a 03/10/24	REDAÇÃO OFICIAL	16
	07 a 11/10/24	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DE RPPS	20
	15 a 18/10/24	AUDITORIA NA EDUCAÇÃO COM FOCO EM DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO COMPARTILHADA	16
	21 a 25/10/24	RETENÇÕES DE TRIBUTOS - ATUALIZADO COM AS INOVAÇÕES CITADAS PELAS INS RFB Nº 1.234/2012, 2.110/2022 E 2.145/2023 E APRESENTAÇÃO DA NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA	20
	05 e 06/11/24	RELAÇÕES INTERPESSOAIS, TRABALHO EM EQUIPE E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL	8



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Tabela 2 – Ações Educacionais para membros e servidores – Atividade Continuada

PREVISÃO DE EXECUÇÃO		H/A
SEGUNDO SEMESTRE	INGLÊS INSTRUMENTAL	48

Tabela 3 – Ações Educacionais para Jurisdicionados e Sociedade

PREVISÃO DE EXECUÇÃO			H/A
Maio	21 a 23/05/24	APLICAÇÃO DO NOVO FUNDEB	12
	25 e 26/05/24	<b>SEMANA DO CONTROLE EXTERNO</b> - CONTROLE EXTERNO NA DEMOCRACIA E GESTÃO PÚBLICA - (35ANOS DO TCE-TO)	16
	07 e 08/05/24	WORKSHOP - FORMAÇÃO E GESTÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	16
Junho	06 e 07/06/24	AGENDA CIDADÃ – 35 ANOS DO TCE-TO	16
Agosto	06/08/2024	SEMINÁRIO DE RESULTADOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA (35 ANOS DO TCE-TO)	7
Outubro	30 E 31/10/24	ENCONTRO TÉCNICO DE TRANSIÇÃO E GESTÃO	8
DEZEMBRO	05 e 06/12/24	CAPACITAÇÃO PARA NOVOS PREFEITOS E PRESIDENTES DE CÂMARA (35 ANOS DO TCE-TO)	8